

# PORANTIM



Em defesa da causa indígena

Ano XLIII • Nº 446 • Brasília-DF • Julho/Julho 2022

## TERRA, ESBULHO E VIOLÊNCIAS

O tempo está contra os povos indígenas, que esperam há anos pela demarcação de seus territórios ancestrais: no Mato Grosso do Sul, a resistência Guarani e Kaiowá pulsa nas retomadas de seus tekohas, ocupados até então pelas espinhosas cercas dos latifundiários do agro, onde prevalece a ação violenta e ilegal da polícia e a omissão do Estado

*Páginas 4, 5, 6 e 7*

Renda indígena: caminhos da invasão e saque das terras indígenas no Brasil

*Página 2*

A perda de Bruno Pereira e Dom Phillips evidencia o desmonte da política indigenista durante governo Bolsonaro

*Páginas 10, 11, 12 e 13*

Contra o marco temporal: mais de 200 indígenas, de 17 povos, desembarcaram na capital federal para reivindicar seus direitos e para protestar contra a retirada de pauta do RE, entre outros retrocessos

*Páginas 8 e 9*





# Renda indígena: caminhos da invasão e saque das terras indígenas no Brasil

Por **Egon Heck** e **Lídia Farias**,  
 Cimi Regional Mato Grosso do Sul

Ao longo da história o governo brasileiro por meio do Serviço de Proteção aos Índios (SPI)/Fundação Nacional do Índio (Funai) vendeu, usurpou, espoliou, arrendou e estimulou inúmeras invasões aos territórios indígenas. Ora negociavam com madeireiros, seringueiros, garimpeiros, grandes fazendeiros e, ora era o próprio Estado quem explorava as terras indígenas.

No início da década de 1970, os representantes do governo anunciavam aos quatro ventos que os povos indígenas não poderiam representar um ônus para a nação, ao contrário, deveriam dispor de suas terras para o desenvolvimento do país. Em consequência disto, se desenvolveu a política de geração de renda dos órgãos indigenistas SPI/Funai, tendo como ponto de partida o saque dos recursos naturais e os grandes projetos agrícolas dentro das terras indígenas, bem como a instalação de serrarias, com intensiva exploração de araucária e outras madeiras nobres nas terras indígenas do Sul do país, ou as grandes lavouras de soja, milho e outras monoculturas dentro das pequenas reservas indígenas instituídas pelo SPI no Mato Grosso do Sul (MS).

Nesta perspectiva, ouvimos o atual governo dizer que pretendia “tratar o índio como ser humano, como qualquer cidadão” e que estes queriam se integrar a sociedade, “o índio quer energia elétrica, quer médico, quer dentista, quer internet, que jogar futebol... ele quer aquilo que nós queremos”.

Fato é que todas as propostas de “desenvolvimento para as terras indígenas” se deram sobre um manto nebuloso de interesses escusos de invasão e exploração dos territórios indígenas, condicionando esses povos a arrostar um cenário silencioso de guerra, onde a luta por sobrevivência é diária. Essas comunidades enfrentam o total abandono do Estado brasileiro no que tange a implementação dos seus direitos previstos na Constituição Federal. Faltam-lhes proteção territorial, assistência técnica, alimentos, atendimento à saúde, acesso à água potável e ao saneamento básico e até mesmo, a educação escolar indígena (básica e superior) sofre os efeitos do desmonte no atual governo.

Os cientistas sociais qualificam a relação que se estabelece entre a Amazônia e o restante do país como colonialismo interno, com intensa exploração dos recursos naturais para atividades econômicas. Há muito vemos o clamor do povo Yanomami pedindo a retirada dos mais de 25 mil garimpeiros que estão ilegalmente dentro de sua terra. Agora, o mundo está estupefocado com os crimes bárbaros cometidos contra o indigenista Bruno e o jornalista Dom. Este crime escancara para o mundo o quanto os povos indígenas e comunidades tradicionais, da Amazônia ou do restante do

país estão sozinhos na luta pela vida deles e da Mãe Terra.

O Mato Grosso do Sul, onde vive a segunda maior população indígena do país e que possui a menor densidade de terras indígenas demarcadas, encontra-se no topo do ranking nacional como o Estado que mais mata lideranças indígenas em luta pela terra.

De outro lado, os indígenas resistem e enfrentam sozinhos os invasores, que atacam as suas comunidades, matam lideranças, violentam meninas e mulheres, envenenam os rios, queimam as matas, tudo isto para de forma predatória explorar os bens e terras tradicionais.

A perpetuação da violência contra os povos indígenas e seus territórios está ancorada na certeza da impunidade por parte dos invasores, que se aproveitam das inúmeras ausências do Estado para agir, com crueldade ou discursos falaciosos, modernizando estratégias colonizatórias rumo “ao desenvolvimento econômico do país”.

Cínica e inescrupulosamente, os beneficiados diretos com a violência contra as comunidades indígenas, ainda tentam argumentar a legalidade da destruição das florestas, da exploração mineral e a produção em escala nas terras indígenas via arrendamento, inclusive em áreas que se encontram em estágio atrasadíssimo de conclusão nos processos demarcatórios. As tentativas de legalização das invasões e saque das terras indígenas ocupam hoje o palco dos três poderes da União. São incontáveis as propostas de projetos de Lei (PL 191/20, PL 490/07) e mudanças constitucionais (PEC's, tese do marco temporal) que tramitam, com apoio do governo federal, com a finalidade de legitimar e descriminalizar as violências cometidas contra os povos tradicionais.

De Norte a Sul do país, a ambição é insaciável. No Centro Sul os povos enfrentam o agronegócio, que com Lei ou sem elas, avança sobre cada centímetro de terra. No

MS, as plantações de soja assumem proporções “oceânicas”, sem demora as poucas e minúsculas áreas indígenas, viram ilhas dentro da monocultura. Para os ruralistas qualquer centímetro de terra importa e, por isto, eles aliciam, cooptam e assediam as lideranças indígenas para arrendarem as reservas e áreas retomadas pelos povos Guarani e Kaiowá e Terena. Segundo os arrendatários, está forma de re-invasão não é arrendamento, mas sim, “parceria entre índios e produtores rurais”, parceria agrícola e agropecuária pensada no texto das Propostas de Emenda à Constituição (PEC) 187/16 e 343/17. A PEC do arrendamento, tem por objetivo legalizar o aluguel de até metade das terras indígenas para a produção em escala do Agronegócio.

Tudo isto nos faz perguntar: quem de fato está interessado na renda gerada dentro das terras indígenas?

A política de geração de renda indígena implantada pelo governo brasileiro até aqui, nunca promoveu aos povos indígenas o Bem Viver reivindicado por eles. Do contrário. A ótica desenvolvimentista e de acumulação de bens e terras, rendeu para as comunidades indígenas a violência, a miséria e a absorção dos “lixos tóxicos” descartados pelo Agro, que não tem nada de Pop, nem de Tech, mas, de tudo restaram o veneno, as doenças e a morte da natureza.

O Estado corrobora sobremaneira para a destruição da soberania indígena dentro de cada terra indígena, portanto faz-se urgente que o mesmo ajude a promover políticas de geração de renda que respeitem os modos de vida tradicionais de cada povo, com seus usos, costumes e tradições, baseado na economia do Bem Viver e no cuidado com a continuidade da vida na casa comum, a Mãe Terra. Chega de racismo, chega de violência contra as comunidades indígenas e seus apoiadores! Basta de desrespeito a organização social de cada povo! Basta de invasões! Demarcação já!

## Porantimadas

### O modus operandi da atual Funai

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Marcelo Augusto Xavier da Silva, foi denunciado pelo Ministério Público Federal (MPF) por imputar falsos crimes a servidores que agiram em defesa dos indígenas no caso que envolve o processo de licenciamento ambiental da linha de transmissão de energia entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR), o Linhão de Tucuruí, que atravessaria a terra indígena Waimiri-Atroari. A pressão política de Xavier envolveu nove servidores da Funai, três associações e um procurador da República, que foram acusados injustamente de tráfico de influência e prevaricação. De acordo com a denúncia, a Funai elaborou um relatório com acusações falsas contra estes servidores. A investigação foi arquivada por ausência de provas e de hipótese investigativa, enquanto que Xavier foi denunciado pelo cometimento de crime, com reparação por danos morais e perda de função pública em caso de condenação.

### Apoiadores do garimpo (i)legal

No dia 05 de julho, um mês após a celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Governador de Roraima, Antonio Denarium (Progressistas), sancionou uma lei que proíbe os órgãos ambientais e a Polícia Militar de destruir ou inutilizar equipamentos apreendidos nas operações de fiscalização de crimes ambientais, seguindo os passos de Rondônia, que sancionou a mesma lei em janeiro deste ano. Roraima, entretanto, não tem garimpos legalizados e os que existem operam ilegalmente, explorando regiões como a Terra Indígena Yanomami que, em 30 anos, enfrenta a pior devastação causada por garimpos clandestinos. Após o ato, o governador e seus apoiadores do setor garimpeiro comemoraram com um churrasco em frente à sede do governo, em uma festa animada por um trio elétrico com a faixa “Movimento Garimpo é Legal”. O garimpo é proibido dentro de Terras Indígenas e a destruição dos equipamentos é garantida por lei federal como forma de coibir e desestimular a prática. O Ministério Público Federal em Roraima (MPF-RO) classificou a lei como inconstitucional e as ações de destruição ou inutilização de bens apreendidos já foram reconhecidas como imprescindíveis para o enfrentamento do garimpo ilegal. Agora, a norma foi encaminhada à Procuradoria-Geral da República com pedido de ação no Supremo Tribunal Federal (STF) no sentido de declarar sua inconstitucionalidade.

### A Funai e seu “loteamento político”

A Agência Pública revelou a existência de uma planilha produzida por uma servidora bolsionista, da direção da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília, que avalia ocupantes de cargos diretivos no órgão como “a favor” ou “contra o governo”, recomendando “colocar um militar” no lugar dos contrários ou “retirar com urgência da Coordenação” x e y. É a famosa “perseguição a servidores de carreira e a sua substituição por profissionais sem experiência alguma com a política indígena”, segundo o levantamento “Fundação Anti-Índigena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro”, divulgado no mês passado pela INA (Indigenistas Associados) e pelo INESC (Instituto de Estudos Socioeconômicos). A planilha foi produzida dois meses depois da posse do atual presidente da Funai, o delegado da Polícia Federal Marcelo Xavier, que, em setembro de 2019, passou a ampliar a presença de militares no órgão, prática iniciada na gestão do seu antecessor, o general da reserva Franklimberg Ribeiro de Freitas.





# “Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia” conduzirá a prática missionária atual

Encarnação e libertação: as diretrizes de Santarém 1972 para os tempos de hoje

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Foto: REPAM-Brasil

Os participantes do IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia Legal, – realizado de 06 a 09 de junho, em Santarém, PA –, lançaram o “Documento de Santarém 50 anos: Gratidão e Profecia” que traz indicações para a prática missionária atual e as atualizações das diretrizes e prioridades elaboradas há 50 anos, destacando as resoluções sobre a defesa dos direitos humanos, dos povos da Amazônia e da natureza. O documento de Santarém foi redigido de forma participativa por leigos/as, bispos e sacerdotes.

“Neste documento jubilar, os participantes do Encontro de Santarém em 2022 ratificaram as diretrizes e prioridades assumidas há 50 anos. (...) Notadamente, as duas grandes diretrizes apontadas no Documento de Santarém (1972) são de uma atualidade incontestável, e aqui foram reassumidas com maior compromisso e profundidade que os tempos de hoje exigem: encarnação na realidade e evangelização libertadora”, explica o documento.

O documento aponta que, passados 50 anos do Encontro de Santarém em 1972, fez-se necessária e urgente a proclamação de um jubileu que seja um novo tempo de justiça e que signifique a libertação da terra e das águas, o direito à cidadania e o resgate das dívidas sociais, para que haja vida e justiça para todos. “Acompanhamos estarecidos, mas não inertes, o desenrolar de um arquitetado projeto genocida, que por sua vez revela o devastador agravamento de uma crise que escancara a pobreza diante da escandalosa concentração de riquezas”, ressalta o texto lançado.

Diante deste cenário, “Santarém 50 anos” aponta que as Igrejas na Amazônia, que se compreendem como “discípula missionária, servidora da vida, testemunha do diálogo e irmã da criação”, não podem omitir-se diante da convocação e do apelo que o tempo presente lhe impõe. “Renova-se o apelo: ‘Cristo aponta para a Amazônia’, e a mão que aponta é a mão de um crucificado ressuscitado”, diz o texto.

## A defesa da vida dos povos da Amazônia

O Documento de Santarém ressalta ainda importância da demarcação dos territórios indígenas, quilombolas, das populações tradicionais e os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra. O texto aponta o direito a terra como sustentáculo de outros direitos fundamentais. “Trata-se, em



verdade, de direito alicerce. Ele sustenta os demais direitos, como saúde, educação, segurança alimentar, cultura, entre outros. Deve-se respeitar também o direito à consulta prévia, livre e informada. Ele é o meio pela qual se exerce um verdadeiro diálogo intercultural”, pontua o documento, que pede ainda especial atenção aos Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato. “A estes deve-se garantir o respeito à sua autodeterminação e à livre decisão sobre o tipo de relacionamento que eles desejam estabelecer com outros grupos”.

Os autores apontam ainda as características preocupantes do modelo de desenvolvimento atual, por se tratar de um modelo etnocida e ecocida, que resulta na piora dos indicadores sociais e no aumento da violência e dos crimes ambientais na Amazônia. Para tanto, o texto propõe um modelo de desenvolvimento socioambiental, que promova as economias justas, com igualdade social e equilíbrio ambiental. “Para isso, é primordial assegurar o respeito ao direito de autodeterminação dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia (...) Portanto, não cabe impor modelos de desenvolvimento sobre as minorias étnicas ou culturais, sob pena de um neocolonialismo”, destaca o documento, trazendo também algumas propostas de respeito a natureza, entre elas:

- Continuar assumindo “a opção preferencial pelos povos indígenas, com suas culturas, identidades e histórias”,

apoio ao trabalho do Conselho Indigenista Missionário e das organizações indígenas da sociedade civil;

- Fomentar uma aliança de defesa dos povos tradicionais que fortaleçam suas lutas, suas economias de socio-biodiversidade, seus territórios e o bem viver coletivo;
- Ser presença junto aos quilombolas, ribeirinhos, pescadores artesanais, seringueiros e demais povos e comunidades tradicionais, para defenderem suas terras, territórios e águas;
- Valorizar e apoiar ações comunitárias e territoriais em torno de práticas sustentáveis na agricultura familiar e do intercâmbio intercultural de saberes e conhecimentos tradicionais;
- Apoiar e fortalecer as redes de proteção e autoproteção das lideranças e territórios ameaçados;
- Incidir sobre políticas públicas e programas de proteção aos defensores de direitos humanos e ambientais.

Por fim, o “Documento de Santarém 50 anos: gratidão e profecia” deseja que IV Encontro da Igreja Católica na Amazônia “produza muitos frutos, tornando-nos cada vez mais uma Igreja com rosto amazônico, em saída missionária, servidora, solidária, cuidadora da vida e defensora da natureza, nossa casa comum”.

Fotos: Vatican Media



Papa Francisco com cocar dado de presente pelos bispos dos regionais Regional Noroeste e Norte 1



O Papa Francisco recebeu no dia 20 de junho, no Vaticano, uma delegação com 17 bispos da região da Amazônica para tratar do papel da Igreja Católica junto aos povos indígenas e vulneráveis. “Um encontro de comunhão, esperança e coragem” - segundo descreve o arcebispo de Porto Velho, em Rondônia e presidente do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Dom Roque Paloschi. A delegação contou com representantes do Regional Norte 1 da CNBB (Estados do Amazonas e Roraima) e o Noroeste (Acre, sul do Amazonas e Rondônia). Na ocasião, o papa foi presenteado com um cocar e um quadro-denúncia intitulado “SOS Yanomami”, pintado ainda no ano de 1989 por um artista indígena local.

Paloschi revela que que o Pontífice acolheu tudo aquilo que a delegação levou sobre a

realidade das igrejas na Amazônia, incluindo o Relatório de Violências Contra os Povos Indígenas no Brasil, motivando-os a viverem a missão de pastores com coragem para estar junto com as populações mais pobres e, sobretudo, que a Igreja saiba respeitar as culturas, o desafio da encarnação.

O presidente do Cimi destacou que, na ocasião, o Papa reforçou por três vezes a importância do aprendizado cotidiano com os povos originários sobre a relação harmoniosa e respeitosa com a criação. “E, sobretudo, nos pediu a coragem e a ousadia de não ter medo de dar passos também no sentido de viver uma fé que seja encarnada nesta realidade onde se está: não querer voltar ao esquema da colonização, mas, pelo contrário, entrar e mergulhar nas culturas. Isso foi muito bonito!”, revelou.

Para mons. Lúcio Nicoletto, administrador diocesano de Roraima, Francisco encorajou os bispos a atuarem “sem medo de encarar os desafios que nos apresenta o momento atual, que precisa de uma palavra profética para anunciar a esperança do Evangelho da vida, mas também denunciar tudo aquilo que pisoteia os direitos fundamentais das populações indígenas e do cuidado com a casa comum”.

Na ocasião, em nome do povo de Roraima, o monsenhor presenteou o Papa com um quadro produzido em 1989 pelo indígena Cardoso, que por muitos anos pintou o sofrimento e a esperança do povo amazônico. O título da obra dada a Francisco é emblemático “SOS Yanomami”, uma das maiores etnias da Amazônia, que na época servia de

denúncia ao sofrimento dos povos nativos daquela região por causa dos “direitos pisoteados e de questões como o extrativismo, o desmatamento, a falta de preservação ambiental e a falta de respeito para com as populações”.

“Hoje, depois de 33 anos, esse quadro continua terrivelmente atual. Porque continua denunciando a falta de respeito que nós deveríamos ter, de maneira especial, a parte pública, para com as populações nativas que são para nós motivo para a gente rever inclusive o nosso estilo de vida. O Papa Francisco, então, conclama a todos a rever a nossa maneira de viver a partir de uma cultura que respeite a casa comum”, disse Nicoletto. (Trechos da reportagem publicada originalmente por Vatican News, em 20 junho 2022). ♦



# O tempo está contra os indígenas: alvos de violências constantes, os Guarani e Kaiowá resistem e retomam seus territórios ancestrais

A morosidade do julgamento do marco temporal e a política anti-indígena do governo federal favorecem os ataques às populações tradicionais e está entre as principais motivações das retomadas no estado de Mato Grosso do Sul, onde prevalece a ação ilegal da polícia e a omissão do Estado

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Diante da demora da decisão do julgamento do Recurso Extraordinário com repercussão geral (RE-RG) nº 1.017.365 - que tramita no Supremo Tribunal Federal (STF) - e da política de desmonte dos órgãos de proteção aos indígenas e ao meio ambiente, os casos de violência contra os povos originários continuam crescendo e seus territórios seguem sendo devastados.

O tempo está contra os povos indígenas, que esperam há anos pela demarcação de seus territórios – originalmente habitados por eles –, mas que hoje estão ocupados pelas espinhosas cercas dos latifundiários do agronegócio - grandes fazendas produtoras de soja, cana de açúcar ou gado para exportação -, os verdadeiros invasores das terras reivindicadas, onde milícias praticam arbitrariedades com apoio da polícia e do governo.

No Mato Grosso do Sul, os violentos casos dos Tekohas Jopara (em Coronel Sapucaia), Guapo'y (em Amambai), e Kurupi/São Lucas e Kurupi/Santiago Kue (em Navirai), que serão descritos abaixo, somam-se ao longos históricos de violências desses povos, reforçando a urgente necessidade de o STF retomar o julgamento do Recurso Extraordinário, em que se discute a tese nefasta e inconstitucional do marco temporal. O julgamento, que começou em 2021, seria reto-



Guarani e Kaiowá em manifestação em Brasília

mado em 23 junho, mas o ministro Luiz Fux decidiu retirá-lo da pauta do tribunal e, até o momento, não há nova data prevista para a decisão.

Enquanto isso, a resistência dos Guarani e Kaiowá pulsa sobre suas terras ancestrais e as retomadas acabam sendo o único recurso possível para esses povos originários que, nos últimos anos, vivenciam um amplo histórico de violências, com: uso de forças de segurança pública em despejos ilegais; jovens e crianças alvejadas por armas de fogo durante ataques; crianças das retomadas impedidas de frequentar escolas; serviços de saúde sendo deliberadamente negados; mulheres, idosas e crianças sendo ameaçadas de estupro; cenário de guerra inclusive com uso de helicóptero como plataforma de tiro; comunidades sem acesso a água, pois os rios estão

contaminados pelos agrotóxicos usados nas fazendas que o cercam; territórios diminuídos ou totalmente extintos, obrigando os indígenas a viverem em situação de vulnerabilidade em acampamentos na beira de estradas; famílias inteiras atingidas por nuvens de agrotóxicos lançados por aviões nas frequentes e sistemáticas pulverizações noturna; aumento das ações de reintegração de posse; e com tantas outras barbáries.

“Sofremos um genocídio planejado e silenciado”, afirma a liderança Guarani e Kaiowá, Erileide Domingues, em declaração entregue ao Fórum Permanente das Nações Unidas para as Questões Indígenas (UNPFII). “Quero denunciar que o governo brasileiro está, atualmente, financiando o arrendamento de nossas poucas terras. Que a própria organização indigenista federal tem organizado e fomentado a invasão de nossas terras”, frisou.

Em Guarani, tekoha é o termo utilizado para se referir a seus territórios, que é muito mais do que simplesmente terra. Para eles tekoha é vida, pois os Guarani e Kaiowá têm uma ligação muito forte com os tekoha, seus territórios sagrados. Sem a demarcação e proteção por parte do Estado desses territórios ancestrais, “meu povo está morrendo de fome porque não temos terra para plantar. As poucas que nos restam, o governo brasileiro está arrendando para os agricultores do agronegócio. (...) queremos ter nossa terra e cultivar nossa própria comida. Nossa autonomia foi roubada e o governo, com essa política de arrendamento, não pretende outra coisa, senão nos exterminar”, reforça Erileide.

Grande parte das terras indígenas dos Guarani e Kaiowá são das reservas criadas na década de 1920 pelo extinto Serviço de Proteção aos Índios (SPI), com a finalidade de confinar os indígenas que ocupavam toda a região e liberar seus territórios para a colonização. Foram oito reservas indígenas criadas pelo SPI na região sul do Mato Grosso do Sul, concentrando cerca de 80% da segunda maior população indígena do país, os Guarani e Kaiowá. Reservas que foram demarcadas com uma área bem menor do que os hectares que constavam no decreto. Ou seja, ao longo das décadas, estas pequenas áreas – insuficientes para a sobrevivência física e cultural dos indígenas – foram sistematicamente invadidas e dilapidadas e os povos aliados de seu território de ocupação tradicional em nome de uma política de desenvolvimento.



Povos Guarani e Kaiowá aguardam audiência em frente ao Senado Federal, em Brasília



## Tekoha Jopara, localizado próxima a reserva Indígena Taquaperi, no município de Coronel Sapucaia (MS)

**21 de maio de 2022:** o jovem indígena Alex Lopes tomba em seu território

No dia 21 de maio deste ano, Alex Recarte Vasques Lopes, de 18 anos, foi assassinado. Segundo o relato de lideranças da comunidade, Alex teria deixado a reserva Taquaperi, onde morava, para buscar lenha em uma área do entorno da Terra Indígena. No local, teria sido assassinado e seu corpo abandonado no Paraguai – em uma área a menos de dez quilômetros dos limites da reserva indígena. Em fotos do corpo do jovem enviadas pelas lideranças ao Conselho Indigenista Missionário (Cimi) Regional Mato Grosso do Sul, foi possível identificar ao menos cinco orifícios compatíveis com projéteis de armas de fogo. Segundo as lideranças da comunidade, ele foi derrubado com um tiro e depois executado friamente – todas as perfurações de bala se encontram na região de seu peito.

Desde então, os Guarani e Kaiowá cobram apuração federal do assassinato e vivem sob constante tensão – temendo ser alvo de violência de policiais e fazendeiros.

**22 de maio de 2022:** mesmo sob pressão, a resistência indígena retoma o território ancestral

Na madrugada do dia 22 de maio, domingo, em protesto contra o assassinato do jovem indígena Alex Lopes, o povo Guarani e Kaiowá retomou uma fazenda no município de Coronel Sapucaia (MS), na fronteira com o Paraguai, vizinha à Terra Indígena (TI) Taquaperi, onde teria ocorrido o assassinato do jovem indígena. A retomada foi denominada pelos indígenas como Tekoha Jopara.

Já no início da tarde daquele dia, o acesso à retomada foi impedido por um bloqueio realizado por viaturas do Departamento de Operações de Fronteira (DOF). A barreira foi posicionada na rodovia MS-286, que atravessa a TI Taquaperi e também dá acesso a outras comunidades indígenas da região – que ficaram, na prática, isoladas.

A situação de extrema violência foi o que motivou os Guarani e Kaiowá a realizarem a retomada, conforme relata uma das lideranças da comunidade, não identificada por razões de segurança.

“Mataram um rapaz de 18 anos, é triste. A família decidiu fazer a retomada onde mataram o rapaz. Precisamos de apoio dos órgãos competentes. Aqui na aldeia Taquaperi, nunca acontecem retomadas, é a primeira vez que acontece isso. Já perdemos muitos parentes na estrada, atropelados. Dessa vez, tomamos a decisão [de retomar]. Chega de perder nossos parentes, é dor para nós”, relata a liderança.

“A família fica com dor no coração, porque além de matar, aqui no vizinho, carregaram e jogaram lá no Paraguai. Parece um animal, é coisa triste. Então, tomamos essa decisão nossa, da família e da comunidade inteira do Taquaperi”, conta o indígena.

Na ocasião, os Guarani e Kaiowá cobraram que o assassinato fosse investigado com urgência pelas autoridades federais, pois temiam que o cenário do crime pudesse ser alterado, inviabilizando a perícia. Além disso, os indígenas salientam que não confiam nas forças de segurança estaduais, que em diversas ocasiões agiram parcialmente em defesa dos interesses de fazendeiros, atacando retomadas e acampamentos mesmo sem determinação judicial. A comunidade pede, ainda, proteção



Arquivo pessoal



Foto: comunidade Taquaperi

### Histórico de violência

O município de Coronel Sapucaia - separado da cidade de Capitán Bado, no Paraguai, apenas por uma avenida -, registra um longo histórico de violência de fazendeiros contra lideranças do povo Guarani e Kaiowá.

Em apenas dois anos, foram assassinadas três importantes lideranças do tekoha Kurusu Amba, também localizado no município: a rezadora Xurite Lopes, em 2007, e as lideranças Ortiz Lopes, também em 2007, e Oswaldo Lopes, em 2009 – todos até hoje impunes.

O caso de Alex Lopes guarda semelhanças, também, com o caso de Denilson Barbosa, outro jovem Guarani Kaiowá assassinado por um fazendeiro, em 2013, quando pescava com amigos numa propriedade vizinha ao tekoha Pindo Roky – incluído no perímetro da TI Dourados-Amambaipagua I. A terra indígena foi identificada e delimitada em 2016 pela Funai e está com seu processo demarcatório paralisado desde então.

Em comum, além da impunidade dos autores dos crimes, os casos guardam relação com a situação de confinamento e morosidade na demarcação das terras Guarani e Kaiowá, que inviabiliza o acesso a condições mínimas de subsistência e transforma o ato de circular por áreas reivindicadas e até reconhecidas como parte de seu território tradicional em ações perigosas e potencialmente fatais.

urgente aos sobreviventes do ataque.

A TI Taquaperi é uma das oito reservas indígenas criadas pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI) na região sul do Mato Grosso do Sul. De acordo com o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Mato Grosso do Sul, Matias Benno, “os indígenas reivindicam uma boa parte da área de Taquaperi que foi subtraída em relação àquela prevista no decreto de criação. E cobram, por décadas, que a Funai estabeleça um estudo para checagem e reavivamento desse território”. Cerca de 3.300 indígenas vivem neste pequeno espaço, o que inviabiliza que sobrevivam de acordo com seu modo de vida tradicional. O confinamento e a apropriação, ao longo das décadas, de partes da área reservada por fazendeiros é uma das razões para que os Guarani e Kaiowá da reserva frequentem áreas de mata das propriedades vizinhas à reserva, reivindicadas pelos indígenas como parte de seu território tradicional.

“A situação é de extrema negação de direitos”, disse em nota a Caravana Ecumênica, formada por lideranças religiosas de todas as partes do país, que foram até o estado para prestar solidariedade a esses povos originários, ouvi-los e fazer ecoar suas denúncias para as instituições nacionais e internacionais. “Lideranças afirmam já terem ouvido que as crianças que estiverem em área de retomada serão reprovadas nas escolas. Professores indígenas de outras aldeias são ameaçados em seus trabalhos, caso queiram ir ao Jopara. Segundo os relatos, agentes de saúde dizem com todas as letras: “nós não vamos fazer atendimento à comunidade que tá na retomada”. Há crianças e doentes na comunidade, mas nem mesmo remédios são liberados para que as próprias lideranças levem ao tekoha”, relata a Caravana em nota.

**2 de junho de 2022:** o terror continua na retomada do Tekoha Jopara

No dia 2 de junho, as intimidações à retomada do Tekoha Jopara, se intensificaram. Desde que os Guarani e Kaiowá optaram pela retomada, uma série de ameaças ocorreram contra esse povo.

“Os indígenas têm denunciado há dias as movimentações, tentando sensibilizar setores. Inclusive de pessoas portando fuzis em suas caminhonetes. Uma preocupação adjacente é que, nesse local, há circulação intensa e envolvimento de forças ligadas ao mundo do tráfico de drogas. Então, é difícil saber a proporção que pode tomar um ataque nessa zona de fronteira para além dos fazendeiros. Essa força está posta”, afirma Matias Benno, coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Mato Grosso do Sul.

O coordenador explica que, para os indígenas, retomar o território – principalmente após a morte de Alex Vasques –, é um “senso de justiça”. “Os indígenas estão lá com convicção de que a ocupação é um direito, principalmente devido a duas questões: a justiça pelo assassinato brutal do jovem Alex, sem explicações, e, ao mesmo tempo, por ser uma área que pertencem à área indígena. Na lógica da comunidade, se essas pessoas não tivessem invadido o território, não haveria morte. Não haveria essas violações que, constantemente, segundo eles, acontecem advindas dessa fazenda”.

Na ocasião, o Cimi – Regional Mato Grosso do Sul, junto aos indígenas, tentaram deslocar forças de segurança federais até o local, a fim de evitar mais um massacre contra os Guarani e Kaiowá. “Eles [supostos fazendeiros] querem invadir Jopara, querem brigar. Já mandaram o recado. As crianças e mulheres já saíram do local. Eles estão armados, o sangue vai ser derramado de novo”, afirma uma liderança – que não será identificada por questão de segurança.

## Desenvolvimento a qualquer custo

Conscientes dos seus direitos, os Guarani e Kaiowá têm lutado para efetivá-los em processo permanente de diálogo, de mobilizações e de retomadas, mas, além do retrocesso na demarcação de terras e do impasse no julgamento do marco temporal, o discurso genocida do governo Bolsonaro tem, cada vez mais, legitimado os casos de violência contra esses povos, além é claro, das ações controversas do Estado.

Para se ter uma ideia do cenário enfrentado pelos indígenas do Mato Grosso do Sul, segundo levantamento do site Mongabay, o Governo Federal reconheceu mais de 58 mil hectares de fazendas em áreas sob demarcação nos últimos dois anos, reflexo da Instrução Normativa nº 9, publicada

pela Funai em 16 de abril de 2020, permitindo o registro de imóveis rurais em Terras Indígenas ainda não demarcadas no Brasil. “Infelizmente, o Mato Grosso do Sul é marcado pela força do agronegócio com o conservadorismo, algo que influencia os tribunais”, afirmou Rafael Modesto, Advogado e assessor jurídico do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) em entrevista para o referido site. “Há magistrados que são grandes donos de terras, o que interfere na razão de suas sentenças”, frisou.

Buscando inibir algumas das ações violentas enfrentadas pelos indígenas, o ministro Luís Roberto Barroso, do STF, prorrogou até o dia 31 de outubro de 2022 a suspensão de despejos

e desocupações, em razão da pandemia de Covid-19. A medida poderá resguardar os indígenas que fazem parte das retomadas até – pelo menos – o prazo estabelecido por Barroso.

Acontece que, em maio de 2020, a Corte também determinou a suspensão de todos os processos que tratem do tema e que possam resultar na anulação de demarcações ou no despejo de comunidades indígenas. A decisão do ministro Edson Fachin é válida até o fim da pandemia de Covid-19 ou até o término do julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365 – caso ele ainda não tenha sido concluído quando a crise sanitária for considerada encerrada. Entretanto, as medidas seguem sendo burladas e desrespeitadas por juizes e forças de segurança.



## Território ancestral denominado Kurupi/São Lucas, localizado dentro do macro território Dourados-Amambai Pegua II, em Naviraí (MS)

Foto: CIDH/divulgação



Guarani e Kaiowá manifestam-se durante visita de comitiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) à TI Guyraroka

**23 de junho de 2022:** a retomada de Kurupi/São Lucas e a retaliação armada

No dia 23 de junho, quinta-feira, cerca de 30 indígenas Kaiowá e Guarani retomaram parte de seu território ancestral denominado Kurupi/São Lucas. Após a retomada, teve início um pesado ataque armado, que começou ainda na madrugada de quinta-feira e se estendeu até o início da manhã de sexta-feira (24). Na ocasião, lideranças da comunidade denunciaram que três pessoas seguiam desaparecidas após o ataque, sendo elas mulheres e crianças.

A comunidade, confinada à beira de uma rodovia, aguarda há décadas a conclusão dos estudos que já identificaram a área como de posse tradicional dos Guarani e Kaiowá.

Os indígenas identificaram entre seus agressores fazendeiros locais e seguranças que, segundo eles, podem se tratar de segurança privada uniformizada ou até mesmo indivíduos ligados à força de segurança pública. Muitos disparos foram efetuados, forçando os indígenas a deixarem a sede da fazenda e retornar para a beira da rodovia, no acampamento Kurupi.

A retomada, segundo os indígenas, se justifica pelas diversas ameaças que voltaram a sofrer dos fazendeiros na região e, ao mesmo tempo, por medo das demarcações sofrerem retrocessos no atual cenário político em que a Funai está inserida e com a retirada de pauta do julgamento do Recurso Extraordinário. Ainda segundo eles, a ocupação da sede foi pacífica, e o caseiro que lá se encontrava foi imediatamente liberado.

Pela vulnerabilidade do local onde os indígenas se encontram, que permite o acesso tanto pela rodovia quanto pela mata próxima à fazenda, a comunidade de Kurupi temia por mais ataques ao longo dos dias. Vale ressaltar que existe contra este território um longo histórico de violência e violações, como queima deliberada de barracas e até mesmo casos de tortura.

A comunidade de Kurupi pede socorro e solicita das autoridades, em especial do Ministério Público Federal, que garantam a integridade das famílias indígenas.

## Tekoha Guapo'y, Tujury Mirim, área contígua à Reserva Indígena de Amambai

**23 de junho de 2022:** a retomada de Guapo'y sob o clima de tensão

No dia 23 de junho, indígenas dos povos Guarani Kaiowá retomaram, novamente, parte do território de Guapo'y, no município de Amambai (MS), quando o clima já era de tensão e a ação da polícia e fazendeiros se premeditava.

A reserva de Amambai é a segunda maior do estado de Mato Grosso do Sul em termos populacionais, com mais de dez mil indígenas. Para os Guarani e Kaiowá, Guapo'y é parte

## Decisão histórica no estado de Mato Grosso do Sul

A Justiça Federal de Ponta Porã indeferiu, no dia 4 de julho, um pedido para despejar os Guarani e Kaiowá da retomada de Guapo'y, em Amambai (MS). A solicitação foi feita pelo proprietário da fazenda que ocupa, atualmente, a região, que é do território indígena, considerado sagrado para os Guarani e Kaiowá.

No texto da decisão, o juiz explica “não se vislumbra a existência de elementos que descaracterizem o movimento de disputa por terras tradicionalmente ocupadas por comunidades indígenas diante da completa ineficiência estatal em resolver a questão”.

“Na situação dos autos foram colhidos elementos mais do que convincentes a respeito da relevância da discussão promovida pela comunidade indígena, o que justifica pelo menos que recebam a proteção integral e atenção às suas reivindicações, oportunidade a partir da qual poderão ser impelidas a se retirem do local tomado”, acrescenta.

O advogado e assessor jurídico do Cimi, Anderson Santos, presente na audiência, disse que “o juiz ouviu a preposta do proprietário da fazenda, que se esquivou em dizer de onde surgiu a ordem para que a Polícia Militar atuasse no território, promovendo o despejo e a morte do indígena Vitor Fernandes”. “Tivemos uma decisão rara no estado de Mato Grosso do Sul. Agora, o juiz irá aguardar o andamento do processo para ter melhor fundamentação quanto à reivindicação feita pela comunidade”, explicou o advogado.

de um território tradicional que lhes foi roubado – quando houve a subtração de parte da reserva de Amambai. Os indígenas ainda clamam por atenção e exigem proteção às suas vidas e aos seus direitos.

Ao longo das décadas, estas pequenas áreas – insuficientes para a sobrevivência física e cultural dos indígenas – foram sistematicamente invadidas e dilapidadas. Além de terem sido alijados de seu território de ocupação tradicional em nome de uma política de desenvolvimento lastreada na monocultura, mesmo as diminutas áreas reservadas aos Guarani e Kaiowá pelo SPI foram posteriormente reduzidas e transformadas em áreas sob disputa.

Na reserva de Amambai, os mais de dez mil Kaiowá e Guarani vivem em apenas 2,4 mil hectares. A situação é um exemplo deste contexto de desrespeito à Constituição Federal, que garante aos povos originários o direito à existência e à regularização e proteção dos seus territórios.

**24 de junho de 2022:** o “massacre de Guapo'y” e a impunidade

No dia seguinte (24), policiais militares e fazendeiros invadiram a área no intuito de expulsar os indígenas por meio do uso da força, mesmo não havendo ordem judicial.

A ação violenta da PM por armas de fogo com projéteis letais e não letais (borracha) resultou no assassinato de Vitor Fernandes, 42 anos, – que, inclusive, era uma Pessoa com Deficiência (PcD) – assassinado a sangue frio e em plena luz do dia por agentes da polícia. Além de Vitor, dezenas de pessoas ficaram feridas. Segundo informações do Hospital Regional de Amambai, alguns indígenas estavam com ferimentos por arma de fogo na cabeça e em outras regiões vitais do corpo. Um dos indígenas precisou ser transferido para a UTI de Ponta Porã.

Devido à gravidade e truculência do ataque, os indígenas referem-se à situação como “massacre de Guapo'y”. “Foram atacadas crianças, jovens, idosos, famílias que decidiram, depois de muito esperar sem alcançar seu direito, retomar um território que sempre foi deles e que foi roubado no passado de nosso povo”, destaca a Aty Guasu.

Os relatos e imagens do ataque indicam que a PM fez uso de veículos, de armamento letal e não letal e, inclusive, de um helicóptero, utilizado como plataforma de tiro contra as famílias indígenas da retomada. “Tiros em jovens desarmados, violações a pessoas rendidas, disparos de helicóptero, tudo isso inclusive com uso de munição letal deram o tom da covardia levada a cabo por um corpo policial que atuou sem mandado de reintegração de posse”.

“A retomada em si tem esse viés da luta pela recuperação da reserva das terras que foram subtraídas [do povo indígena] e que, por mais de uma década, eles vêm pelejando [para recuperá-las]”, destacou o coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – Regional Mato Grosso do Sul, Matias Benno. Para ele, as retomadas são, muitas vezes, deslegitimadas e minimizadas pelo estado, como aconteceu no caso de Guapo'y, quando o próprio secretário de segurança quis atrelar a morte do indígena Alex Lopes, de 17 anos, à motivação principal da retomada, omitindo que as terras indígenas foram esbulhadas e que, independentemente da motivação, a polícia agiu com extrema violência ao atirar em crianças, mulheres e idosos.

“As tentativas de retomada no território ancestral de Guapo'y, que já vinham se desenvolvendo ao longo do ano, foram intensificadas após a morte de Alex. Agora, assumimos esse grito [dos indígenas] que é muito legítimo e muito real”, frisou Benno, lembrando também que a força policial, mesmo que usasse apenas balas não letais, de borracha, ainda sim estaria agindo com uma força desproporcional e sem mandado de reintegração de posse, colocando em risco as inúmeras famílias que estavam no local. “Mesmo as armas de borracha sendo tratadas como não letais, há casos de assassinatos de indígenas no estado pelo uso de bala de borracha sendo disparado a queima roupa”, lembrou.

Foto: povos Guarani Kaiowá



O ataque com uso de armamento letal e não letal deixou dezenas de pessoas feridas



Foto: povos Guarani Kaiowa



Enterro de Vitor Guarani Kaiowa, em Guapo'y, Amambai (MS)

A justificativa apresentada pela Secretaria de Segurança Pública do estado, durante entrevista coletiva sobre o caso, reproduz uma série de preconceitos contra os povos indígenas e não encontra respaldo na realidade dos fatos e, ao contrário do que diz o estado, não se tratou de uma ação de combate ao tráfico de drogas, mas de uma ação de despejo contra uma retomada do povo Guarani e Kaiowá que não poderia ter ocorrido – porque não havia mandado judicial e porque disputas possessórias envolvendo povos indígenas são tema de competência federal, e não estadual.

“Logo na sequência do Massacre, típico de quem se adianta para esconder e acobertar o próprio crime, o secretário de segurança do convocou uma coletiva de imprensa cheia de mentiras e absurdos – chavões antigos que destilam preconceito contra nós, como associação de indígenas com drogas e sendo colocados genericamente como paraguaios – que nem mesmo se sustentam frente as inúmeras imagens que já vão ganhando o mundo. Será que a criança, caída atingida por uma bala de borracha, que consiste em uma das imagens corresponde ao tráfico de drogas?”, questionou a Grande Assembleia Guarani e Kaiowá Aty Guasu.

### 27 de junho de 2022: homenagem ao encantado

Vitor Guarani Kaiowá

No dia 27 de junho, cerca de 2 mil pessoas marcharam e acompanharam o enterro de Vitor Guarani Kaiowá. A marcha ocorreu após a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) realizarem um acordo com o fazendeiro que ocupava a área da retomada dos Guarani e Kaiowá.

O acordo estabelecido é de que o enterro em cova seja feito até 15 metros da cerca – uma forma de evitar um novo episódio de violência policial e permitindo, assim, que amigos e parentes de Vitor possam visitar o túmulo.

“Desde que o corpo foi liberado, fizeram um velório e mantiveram o corpo, demandando o direito de enterrar sobre o território. E isso é uma questão importante para os povos Guarani Kaiowá. Eles fazem essa ligação: de onde tomba o guerreiro com a questão espiritual de estar plantado sobre a terra tradicional”, afirmou um dos representantes do Conselho Indigenista Missionário (Cimi) – que, por segurança, terá sua identidade preservada.

### 14 de julho de 2022: mais uma liderança tomba na luta pela recuperação do Território de Guapo'y

Três indígenas Kaiowá-Guarani, na tarde do dia 14 de julho, sofreram uma emboscada violenta por parte de homens armados. O crime resultou no assassinato de Márcio Moreira e deixou duas outras lideranças feridas devido às agressões.

Márcio Moreira e os outros dois indígenas, que por segurança não serão identificados, são lideranças da retomada Guapo'y, em Amambai, no Mato Grosso do Sul. O fato leva os indígenas a apontarem a possível motivação do crime vinculada à retaliação contra a ação de retomada e/ou a repercussão negativa em relação aos polícias e ao Estado, protagonistas do “Massacre de Guapo'y”, como tem sido chamado pelos indígenas.

Os indígenas, inclusive um dos sobreviventes, afirmam que Márcio havia recebido uma proposta de trabalho no ramo

da construção civil, o qual demandaria de mais dois serventes de pedreiro para auxiliar na construção de um muro. Conforme relatos dos indígenas, Márcio foi chamado por um conhecido local e, por sua vez, chamou as outras duas lideranças para ajudar no serviço.

Segundo os próprios indígenas, eles foram abordados por dois homens em uma moto, munidos com armas de fogo, e que já chegaram ao local com intimidações e agressões verbais contra os indígenas.

Em seguida, realizaram os disparos contra Márcio e as outras duas vítimas. O jovem Guarani Kaiowá, que conseguiu fugir do local, conta que foi segurado e os três foram intimidados.

“Nos intimidaram com as balas, mostraram pistola de cano curto e bateram em nós, jogando no meio dos caraguatás [planta espinhosa], em seguida atiraram no Márcio e nos deitamos, como a munição acabou, eles nos bateram com a arma, e eu fugi deles”, relata um dos sobreviventes.

Após os disparos, houve luta corporal e um dos indígenas conseguiu fugir do local, o outro foi ao hospital de Amambai para atendimento. Márcio correu cerca de 100 metros sangrando, mas não resistiu aos ferimentos e morreu.

Segundo o corpo de bombeiros, que atendeu a ocorrência, ao chegar ao local Márcio já estava sem vida. Foram identificadas pelo menos duas perfurações: uma de arma de fogo no ombro, e outra de arma branca no tórax, o que reforça as denúncias dos sobreviventes sobre a luta corporal após os disparos de arma de fogo.

Os Guarani e Kaiowá suspeitam que o ataque possa ter sido planejado para assassinar as três lideranças do tekoha Guapo'y. “Não se tratou de trabalho, foram recebidos já com agressões. Foi uma emboscada para assassinar os três, uma chacina”, destacou a Aty Guasu – a Grande Assembleia dos povos Guarani e Kaiowá.

O caso segue sob investigação. A suspeita é de que haja relação com os recentes conflitos de terras, envolvendo indígenas e fazendeiros da região, em Amambai (MS).

## Território ancestral Kurupi/Santiago Kue, em Dourados-Amambai Pegua II, Naviraí, Mato Grosso do Sul

**23 de junho de 2022:** pesado ataque armado pós retomada de Kurupi/Santiago Kue

Logo após a retomada de Kurupi/Santiago Kue, os indígenas sofreram um pesado ataque armado, que acontecia ao mesmo tempo em que ocorria o ‘Massacre de Guapo’y’. Entre seus agressores, fazendeiros, jagunços e integrantes da PM

Foto: povo Kaiowá-Guarani



Márcio Moreira

– esses últimos, inclusive, postaram vídeos em redes sociais comemorando a ação de despejo ilegal. O ataque em Naviraí começou ainda na madrugada da última quinta-feira (23) e se estendeu até o início da manhã seguinte, resultando no desaparecimento de três pessoas – que foram encontradas dias depois.

Os indígenas relatam a intensidade dos disparos efetuados por arma de fogo e denunciam que, por muito pouco, não ocorreu um segundo massacre, na mesma manhã que ocorria o de Guapo'y.

Acampados há pelo menos duas décadas na beira da BR-163, cerca de 28 famílias Kaiowá e Guarani, do território de Kurupi/Santiago Kue, estão sob a mira de polícias, fazendeiros e jagunços há pelo menos cinco dias – sofrendo ataques e cercos diários, envoltos em clima de terror.

Após o primeiro ataque, os cercos e disparos foram incessantes e diários, os ataques têm sido proferidos contra o pequeno acampamento Kaiowá e Guarani espremido entre as fazendas e a BR-163. No domingo (26), ao alvorecer, disparos foram efetuados contra a comunidade, que buscou dissuadir os polícias e fazendeiros com gritos e barulhos.

Já na segunda-feira, dia 27, indígenas denunciam que unidades policiais se instalaram dentro da Sede da Fazenda Tejuí e, de lá, passaram a organizar momentos de disparos contra a comunidade, um desses flagrado por meio de gravações de vídeos – os tiros são claramente escutados. Novamente, nesse caso, os indígenas saíram até o limite do acampamento para tentar impedir um possível deslocamento dos fazendeiros e policiais até o local onde estão suas famílias.

Infelizmente, ataques ilegais efetuados por polícias, sejam eles despejos sem ordem de reintegração de posse ou cercos e disparos contra comunidades, têm se tornado evento cotidiano no estado de Mato Grosso do Sul. Em razão disso, e pela vulnerabilidade do local onde os indígenas de Kurupi se encontram, a comunidade segue pedindo socorro e atenção das instâncias responsáveis.

## Ataques se somam a histórico de violações

Infelizmente, os últimos ataques protagonizados pelos policiais e fazendeiros não são as primeiras violações conhecidas pelos indígenas de Kurupi. Os indígenas esperam acampados há duas décadas a publicação de um Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação (RCID), já concluído pela Fundação Nacional do Índio (Funai). O ato em si já é uma terrível violação aos Direitos Humanos e Indígenas, uma vez que, sem seu território, os Guarani e Kaiowá encontram-se em péssimas condições de vida e vêm passando por longos períodos de fome. Tendo o território negligenciado, ficam à mercê de inúmeros ataques.

Desde que voltaram a ocupar o território, os Guarani e Kaiowá estão sofrendo diversas ameaças e ataques. Na manhã do dia 1 de julho, caminhonetes, com homens fortemente armados, voltaram às redondezas da retomada para efetuar disparos de armas letais contra os indígenas.

A equipe do Cimi recebeu um relato de que os indígenas da retomada estão sendo “caçados” por policiais militares. “A nossa família está sendo ‘caçada’ pelos [policiais] ‘militares’, é uma ‘caça humana’. Querem nos encontrar, nos torturar até a morte. Pisando na cidade, podemos ser pegos e executados. Eles estão procurando a gente por todos os lugares, querem nos matar”, afirma um Guarani e Kaiowá – que não terá a sua identidade revelada por questão de segurança. Infelizmente, esse relato reforça como os indígenas do estado se sentem – acuados e monitorados constantemente – perante a ação da polícia, de fazendeiros e apoiadores do agronegócio em Mato Grosso do Sul.

Testemunhas contam também que aviões estão sobrevoando o território, dando rasantes e lançando fogos de artifício – assustando toda a comunidade, principalmente as crianças que estão no local.

Os Kaiowá e Guarani denunciam que, se os invasores conseguirem entrar no acampamento, haverá um conflito inevitável com possibilidades de um novo massacre, como ocorreu em Guapo'y, em Amambai (MS). Pelo histórico de outros ataques em Mato Grosso do Sul, os indígenas temem que os policiais, fazendeiros e seus aliados estejam testando o nível de ação das autoridades, chegando cada dia mais perto da comunidade. ♦



# Contra o marco temporal: povos indígenas desembarcaram na capital federal para reivindicar seus direitos

Mais de 200 indígenas, de 17 povos, estiveram em Brasília para protestar contra a retirada de pauta do RE, entre outros retrocessos

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Diante do aumento da violência em seus territórios, lideranças indígenas em luta permanente contra o marco temporal e a política anti-indígena do atual governo, estiveram presentes na capital federal, de 20 a 23 de junho, para algumas incidências políticas, entre elas um comunicado à imprensa e à sociedade na Praça dos Três Poderes, em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), no dia 23 de junho. Nesta data, seria retomado o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, que definirá o futuro da demarcação das terras indígenas em todo o país, porém a votação foi adiada pela terceira vez, sem previsão de retorno. Na ocasião, além do Ato político e inúmeros rituais, foi realizado o lançamento do Documentário “Luta pela Terra”.

Indígenas de quatro regiões do país se deslocaram até a capital federal para protestar contra a iniciativa da Corte – e outros retrocessos. Mais de 200 indígenas, de 17 povos, participaram de incidências em Brasília, entre eles indígenas dos povos Terena, Kaingang, Tuxá, Xokleng, Tupinambá, Karapó, Guarani Nhandeva, Guarani Kaiowá, Takaywá, Cinta Larga, Karipuna, Tukano, Macuxi, Wapichana, Taurepang, Mura e Marubo. As lideranças, realizaram uma série de reuniões e audiências: com parlamentares no Congresso Nacional; na Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH); no Conselho Nacional de Justiça (CNJ); no Supremo Tribunal Federal; na Fundação Nacional do Índio (Funai); além de participarem do “Seminário Sobre o Regime Constitucional das Terras Indígenas no Brasil”, na Universidade de Brasília (UnB), que reuniu indígenas, parceiros, acadêmicos e juristas.

Diante da situação dos povos indígenas no Brasil, os Bispos Católicos da Amazônia Legal reunidos em Santarém, entre 6 e 9 de junho, solicitam ao Supremo Tribunal Federal (STF) que retomem o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 1.017.365, sobre a demarcação de terras indígenas. O documento destinado ao Ministro Luiz Fux, presidente da Corte, foi protocolado no dia 24 de junho, com a presença de lideranças indígenas e representantes do Conselho Indigenista Missionário, organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

“É de conhecimento de todos nós que o Estado brasileiro tem uma dívida histórica com os povos indígenas. Essa dívida faz referência ao direito que têm os povos sobre as terras de ocupação originárias, como previsto na Constituição Cidadã de 1988”, lista no documento.

“O adiamento [por parte do Supremo Tribunal Federal (STF)] do julgamento a respeito da tese do marco temporal abre brecha para o avanço de políticas que fragilizam territórios indígenas e incentivam conflitos e perseguição de lideranças e apoiadores”, disse o secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, no dia 23 de junho, que debateu os impactos da tese do marco temporal na vida dos povos indígenas.

Na ocasião, Cerqueira ressaltou que, hoje, muitos dos territórios são assediados por “milícias armadas e narcogarinheiros”, que colocam os povos originários em risco. Para ele o adiamento da decisão incentiva o avanço das proposições legislativas que retiram direitos indígenas, como o Projeto de Lei 490/07, que busca consolidar em lei a tese do marco temporal, e o PL 191/20, que trata de mineração em terras indígenas.

“O adiamento desse julgamento nos coloca uma responsabilidade muito grande no sentido da proteção da vida dos povos indígenas daqui por diante. Não sabemos o que vai



Lideranças indígenas protocolaram documento no STF pedindo ao presidente da Corte, Luiz Fux, que retome o julgamento do marco temporal

acontecer até o final do ano. O governo trabalha já com a existência desse marco temporal e tem atuado efetivamente para fragilizar a proteção dos territórios e o usufruto exclusivo dos territórios indígenas no Brasil, incentivando o conflito e a perseguição de lideranças”, frisou.

## Ato político

As incidências do dia 23 de junho contra o marco temporal seguiram por todo o país: em Brasília, nos territórios e nas redes sociais. Na capital do país foi realizada ainda uma Coletiva de Imprensa composta por representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e organizações de base regionais. Após o pronunciamento, foi realizado o lançamento do Documentário “Luta pela Terra”, produzido por jovens comunicadores indígenas que reuniram imagens e sentimentos dos momentos mais importantes da luta dos povos originários contra o marco temporal e o julgamento do Recurso Extraordinário 1.017.365.

Durante a coletiva de imprensa, a deputada Joênia Wapichana frisou que o marco temporal busca apagar o passado de violência contra os povos indígenas, “não reconhecendo que o Brasil e as terras indígenas sofreram remoções e esbulhos”. Para ela é importante ressaltar que a legislação está do lado dos povos indígenas. “Não podemos apagar esse passado e fechar os olhos diante do quadro de violência que essa proposição absurda e inconstitucional faz

para paralisar demarcação de terras indígenas, aguardamos que o Supremo Tribunal Federal pautem mais rápido possível e que coloque um ponto final nesse absurdo que é o marco temporal”, pontuou.

O coordenador-executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), Kretã Kaingang, lembrou da insegurança jurídica que o marco temporal tem provocado e dos inúmeros danos causados pela falta de demarcação das terras indígenas, como as invasões violentas aos territórios e as mortes de indígenas e seus defensores. “Nós dependemos desse julgamento para que tenhamos paz. O marco temporal já é inconstitucional porque ele não respeita o direito originário e porque ele não respeita o direito constitucional nosso enquanto povos indígenas”, destacou.

Com a votação adiada pela terceira vez, Enock Taurepang, vice coordenador do Conselho Indígena de Roraima (CIR), ressaltou que as violências aumentam a cada dia e que, cada vez mais, os povos indígenas tem sofrido com as constantes ameaças em seus territórios. “O tempo favorável para votar o marco temporal é o tempo que se morre Bruno, é o tempo que se morre Dom, é o tempo que as lideranças indígenas são taxadas como bandidos, é o tempo que o movimento indígena é sacrificado pela sociedade que não nos entende, uma sociedade que não nos aceita. Gostaríamos muito que nesse ano de 2022 todas as coisas ruins ficassem nele, todas, incluindo esse governo genocida”, destacou.



Manifestação indígena contra o marco temporal, em Brasília no dia 23 de junho, 2022



Nádia Akauã Tupinambá, liderança do Povo Tupinambá, também falou à coletiva sobre a violência causada pela tese do marco temporal. Para ela, a demora na votação coloca em risco a vida dos povos indígenas e também a vida da floresta, das matas e das águas. “A Constituição nos garante o território em seu art. 231, mas chega marco temporal e rasga a nossa carta magna. Isso é um desrespeito não só os povos indígenas, mas com toda nação brasileira. Chega de genocídio. Nós somos os guardiões da floresta, nós protegemos esse planeta, não podemos esquecer que o que a gente protege é pra vida da população inteira”, lembrou.

Simão Guarani Kaiowá, da Aty Guasu - A grade Assembleia Guarani Kaiowá -, durante sua fala fez um apelo às autoridades, para que os povos indígenas possam alcançar o direito mais básico enquanto seres humanos: “o direito de continuar resistindo para nossa existência física e cultural, que dependem da demarcação dos nosso território”.

Jonas Xokleng, liderança do Povo Xokleng, disse acreditar nos guardiões da lei, “que farão cumprir a Constituição Federal, onde está previsto o nosso direito de índio do Brasil”.

## O que é o marco temporal

Em síntese, a tese do marco temporal pretende restringir as demarcações de terras indígenas apenas àquelas áreas que estivessem sob a posse comprovada dos povos originários em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição. A Teoria do Indigenato, por outro lado, reconhece os direitos indígenas como originários, ou seja, anteriores ao próprio Estado.

O adiamento desse julgamento faz parte da dinâmica do Poder Judiciário; entretanto, por três vezes esse julgamento já foi adiado, frustrando as expectativas dos indígenas, que consideram urgente que o marco temporal seja negado pelo STF o quanto antes, pois a proposta é um incentivo para traficantes, garimpeiros, madeireiros e invasores dos territórios.

### Ações contrárias

É conhecido por todos o posicionamento reiterado do Jair Bolsonaro e seus aliados, que têm se colocado contrários à tese do direito originário e a favor do marco temporal – que não existe na Constituição Federal, por deliberação do Parlamento Constituinte de 1988.

Contra o marco temporal, Bolsonaro já sinalizou em seus discursos que, caso a Suprema Corte decida a favor dos indígenas, ele não irá cumprir a decisão. Por diversas vezes os discursos do presidente da república além de traduzirem seu desrespeito à existência dos povos indígenas e suas diferentes cosmovisões, bem como da diversidade étnica e cultural do Brasil, também ameaçam a democracia brasileira, já que descumprir decisões judiciais configura a prática de um crime de responsabilidade pelo presidente da República.

O fato é que enquanto essa história não ganha um final e enquanto Bolsonaro continua validando as invasões em terras indígenas, seja com seus discursos ou atos contrários a pauta, a violência contra os povos originários e seus aliados só aumentará: mortes, conflitos provocados pelo garimpo, aliciamento, exploração sexual, perda de independência alimentar e da sustentabilidade econômica. A vida cotidiana dos povos indígenas e seus defensores é marcada por ameaças e constante medo.

Caso o Supremo Tribunal Federal (STF) reafirme o caráter originário dos direitos indígenas e, portanto, rechace definitivamente o marco temporal, centenas de conflitos em todo o país terão o caminho aberto para sua solução. A Suprema Corte poderá garantir um respiro às comunidades que se encontram, atualmente, pressionadas por poderosos setores econômicos.

É sobre a reparação histórica devida a esses povos após mais de 500 anos de violências. Mas é também sobre a esperança de um amanhã onde essas violências não se perpetuem. É sobre a garantia de vida para os povos, para o meio ambiente, e para todo o planeta. Não é só sobre o passado, é também sobre o futuro.

Povos indígenas de todo o país aguardam o julgamento do marco temporal e as mudanças que a decisão do Supremo Tribunal Federal trará para os processos demarcatórios. O território é indispensável para que os povos possam manter seus modos de vida, garantindo o direito à comida, água limpa e vida plena para todo o mundo.

Além disso, a demarcação contribui com a proteção do meio ambiente, ajudando a controlar o desmatamento e a exploração predatória e, assim, combatendo a crise climática.

No entanto, duas de cada três terras indígenas estão com a demarcação travada. Adiar o julgamento do marco temporal significa manter tais territórios, e as famílias que ali vivem, expostos a ameaças e violências por parte de invasores, como garimpeiros, madeireiros, grileiros e traficantes.

Chamada “tese do indigenato” é uma tradição legislativa que existe desde o período colonial e que reconhece o direito dos povos indígenas sobre suas terras como um direito originário – ou seja, anterior ao próprio Estado brasileiro. A própria Constituição Federal de 1988 segue essa tradição, e garante aos indígenas “os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam”.

O marco temporal visa substituir a tese do indigenato, limitando o direito ao território apenas aos povos que estivessem nele ou lutando por ele na data de publicação da Constituição de 88.

Demarcar é proteger! –Para os povos indígenas, a luta pela demarcação dos territórios não é sobre a devolução completa da terra ou sobre posse. Como ressaltado pelo livro “Terras Indígenas não Demarcadas: Amazonas e Roraima”, as comunidades querem a garantia de que também podem viver nesse



país de maneira digna e plena, com terras que lhes permitam manter seus modos de vida tradicionais.

“Quando falam por que e para que querem a demarcação de suas terras, os indígenas muito frequentemente respondem que as querem garantir para seus filhos e netos, para que eles também possam pescar e caçar e aproveitar das matas, para que possam crescer e desfrutar da vida e da cultura da mesma forma que seus pais e avós”.

O marco temporal nega aos povos indígenas o direito ao seu território, caso não estivessem nele ou lutando por ele na data de publicação da Constituição Federal de 1988. Quem se beneficia com a ausência de demarcações são aqueles que lucram com a falta de proteção aos territórios e com a exploração predatória da terra e dos biomas brasileiros.

Garimpeiros, mineradoras, latifundiários, grileiros, traficantes, todos veem os povos indígenas apenas como um obstáculo a ser eliminado a todo custo. Por isso, a luta contra o marco temporal não é apenas pelo passado, mas também pelo futuro dos povos indígenas e de todo o planeta.

Desmentindo o marco temporal: é falso que todo o Brasil teria de ser demarcado para que os povos indígenas possam viver em seus territórios

Tem se popularizado a falsa noção de que, por um dia ter sido exclusivamente dos povos indígenas, todo o território nacional deveria ser então “devolvido” aos povos, e que seria necessário “até demarcar Copacabana”. Não é dessa forma, entretanto, que funcionam as demarcações de territórios no Brasil.

Os territórios demarcados são aqueles que possuem um significado para os povos indígenas daquela região, e passam por todo um processo de análise antropológica junto ao povo e à Funai, com uma equipe composta por profissionais das áreas ambiental, histórica, jurídica, agrária, cartográfica e outras que se façam necessárias. É só a partir dessa análise que tem início o processo administrativo para delimitar, registrar e homologar uma Terra Indígena.

O marco temporal desrepeita a Constituição Federal de 1988 ao negar aos povos indígenas o direito aos seus territórios. A tese acolhida pela nossa Constituição é a do indigenato, que afirma que são reconhecidos aos indígenas os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

Para o movimento indígena, é fundamental que o marco temporal seja negado pelo STF o quanto antes, pois a proposta é um incentivo para traficantes, garimpeiros, madeireiros e invasores dos territórios.



Foto: Hellen Laures/Cimi

Foto: Hellen Laures/Cimi





# A perda de Bruno Pereira e Dom Phillips evidencia o desmonte da política indigenista durante governo Bolsonaro

Organizações indígenas e indigenistas denunciam sistematicamente o desmonte dos órgãos e das políticas públicas de proteção aos territórios indígenas, que vitimizam diariamente a floresta, seus povos e aliados

Por Assessoria de Comunicação do Cimi

Ainda ecoa pela floresta a perda do indigenista Bruno Pereira e do jornalista inglês Dom Phillips, assassinados numa emboscada na região do Vale do Javari, em Atalaia do Norte, localizado no Estado do Amazonas, no dia 5 de junho. Ambos investigavam atividades ilegais e predatórias na região do Vale do Javari e empenharam suas vidas na defesa dos povos indígenas e pela apuração e disseminação de informações de qualidade. Perdas que escancararam os problemas de segurança, proteção ambiental e respeito aos povos originários e que fazem parte de um contexto de aumento de violência na região Amazônica, especialmente no Vale do Javari. Vidas destruídas pelo narcotráfico, pela caça clandestina, pela ganância, pelo ouro e pelo agronegócio, que ameaçam diariamente a vida dos povos na região, como os Marubo, Matis, Mayoruna, Kanamari, Kulina e os de recente contato Tyohom Djapá e Korubo.

“Bruno e Dom estavam realizando uma atividade de necessidade dos povos indígenas daquela região [Vale do Javari], mas tivemos um resultado terrível. É importante colocar como ponto principal a ineficiência dos órgãos públicos perante casos como esse, sobretudo a Funai. Gostaria também de ouvir o Ministério Público Federal [MPF]. O que fizeram com as tantas denúncias que fizemos?”, indagou Eliesio Marubo, representante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), durante uma audiência pública realizada no dia 22 de junho, no Senado Federal. Marubo se referia às inúmeras denúncias feitas sobre as sistemáticas invasões na TI Vale do Javari por garimpeiros, madeireiros, narcotraficantes, pescadores e caçadores, que se sentem respaldados e empoderados diante da negligência e do permanente ataque aos direitos indígenas por parte do governo federal.

O indigenista Bruno Araújo Pereira, licenciado da Funai (Fundação Nacional do Índio) e consultor da Univaja, atuava na região na tentativa de sensibilizar as comunidades ribeirinhas a explorarem de forma legal a pesca local, atividade financiada e usada na região para lavar dinheiro do narcotráfico. Ele buscava transformar as comunidades em ponto de monitoramento do território demarcado, já que as comunidades próximas à TI Vale do Javari são muito vulneráveis à presença de invasores que têm interesse na comercialização ilegal de recursos naturais. O indigenista, e todos os que buscavam atrair os ribeirinhos dessas comunidades para a legalização, vinham recebendo ameaças constantes por parte de pescadores que praticam de maneira ilegal a retirada diária de toneladas de peixes cobiçado nos rios da Amazônia (pirarucu e tracajás).

A influência do narcotráfico na região, junto a pesca local, financiando atividades de exploração ilegal da floresta, entretanto, é de conhecimento das autoridades locais, assim como os frequentes assassinatos de indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses, indigenistas, ambientalistas. E, mesmo diante da ciência das violências da região, nada foi feito até então.

“Quantos mais ‘Brunos’ e ‘Doms’ precisarão morrer? Temos que andar com segurança, com carro blindado. Isso não é vida. Não estamos pedindo nada demais, só queremos ter acesso a todas as garantias constitucionais. Apenas isso. Continuaremos de cara limpa brigando pelos nossos parentes e exigindo que o Estado cumpra sua obrigação”, desabafou Eliesio Marubo, ainda durante a audiência pública no Senado Federal.



Foto: Hellen Loures/Cimi

Beto Marubo, da Univaja, em uma carta de despedida a Bruno Pereira, seu amigo pessoal, ressaltou que, mesmo após um mês dos assassinatos e apesar das ações judiciais, articulações parlamentares e mobilizações de funcionários, “a omissão, a inação, a política negacionista e a ausência total do Estado” continuam no Vale do Javari. Ou seja, governo federal não tomou nenhuma medida que possa garantir a segurança dos moradores e indigenistas e os servidores continuam recebendo ameaças, diretas e veladas, de invasores.

## Relembre o caso

Segundo texto divulgado pela Univaja, Bruno Pereira e Dom Phillips saíram às 6h da manhã do dia 5 de junho, um domingo, rumo à equipe de Vigilância Indígena, localizada perto do “Lago do Jaburu”, próximo também à Base de Vigilância da Fundação Nacional do Índio (Funai), no rio Ituí, onde o jornalista iria realizar algumas entrevistas com os indígenas. Antes de chegarem ao destino final, pararam na comunidade São Rafael, onde foram vistos pela última vez. No local, eles conversaram com a esposa





Manifestação indígena contra o marco temporal, em Brasília no dia 23 de junho, 2022

do líder comunitário apelidado de 'Churrasco'. De lá, eles seguiram viagem pelo rio Itaquaí em direção a Atalaia do Norte, viagem que dura aproximadamente duas horas, mas não chegaram ao destino e desapareceram no trecho. Eles viajavam com uma embarcação nova, de 40 cavalos, e 70 litros de gasolina, o suficiente para a viagem. Ainda no domingo, a Univaja começou as buscas. Sem sucesso, a instituição buscou pelas autoridades policiais competentes e de fiscalização para que ajudassem na procura.

Em coletiva à imprensa, o assessor jurídico da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), Yura Marubo, disse que apesar de a instituição ter feito o papel de comunicar o desaparecimento, o retorno foi tardio. "E mesmo não esperando nenhuma ação, tanto do governo federal quanto do Governo do Estado, [a Univaja] tomou as medidas cabíveis para procurar, por conta própria, a pessoa de Bruno Pereira e Dom Phillips", frisou Marubo, destacando que a busca ativa somente aconteceu após a

pressão da mídia internacional sobre o desaparecimento.

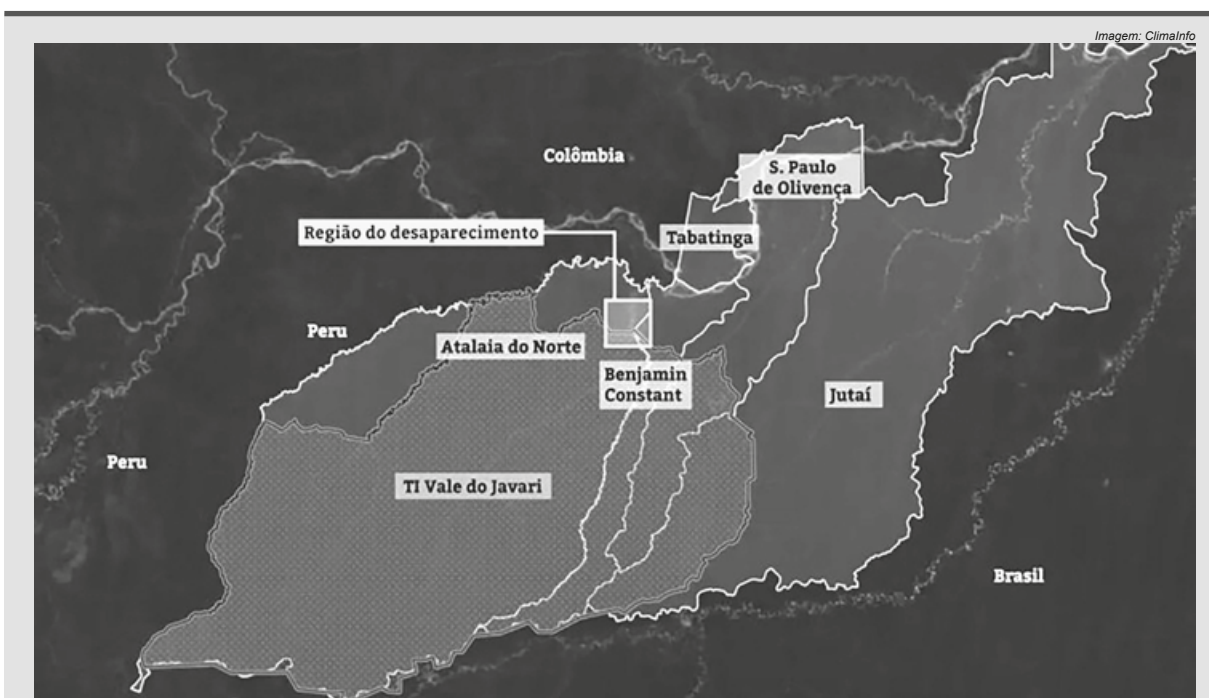
Posteriormente, indígenas de diferentes etnias guiaram as equipes oficiais integradas por homens da Polícia Federal, Exército e Marinha. "Esse trabalho tem se concentrado abaixo da Comunidade Cachoeira e envolve todas as etnias que estão no Vale do Javari. Os Marubos estão atuando, os Maiurunas encontraram a entrada no igapó que pode ter sido feita por uma embarcação. Os Matis encontraram os pertences. Temos também os Kanamaris e os Kulinas fazendo as buscas por terras. Então, é um trabalho em conjunto", destacou Yura Marubo.

Um dos grupos de indígenas também foi responsável por encontrar o barco de Amarildo da Costa Oliveira, o "Pelado", até então investigado pelo desaparecimento. No domingo, dia em que o indigenista e o jornalista desapareceram, ele foi visto por ribeirinhos passando no rio logo atrás da embarcação dos dois, no trajeto entre a comunidade ribeirinha São Rafael e a cidade de Atalaia do Norte. A prisão temporária dele foi decretada pela Justiça somente na quinta-feira (9), quatro dias após o desaparecimento, quando amostras de sangue foi encontrada na lancha de Oliveira.

Segundo Yura, as equipes de indígenas que participam das buscas foram treinadas pelo próprio indigenista Bruno Pereira. "Chegaram equipamentos, como telefones via satélite de última geração, e esse equipamento está com essa nossa equipe que foi treinada pelo próprio Bruno. Além disso, a gente também conta com outros georreferenciamentos e vamos investir em tudo o que a gente pode para achar os dois", disse. Yura Marubo ressaltou ainda que a região não tem o poder de polícia instalado e que recai aos povos indígenas e à organização indígena o papel de fazer a fiscalização, o controle, a apreensão, a apresentação desses criminosos junto às autoridades. "Ou seja, o papel desses lugares isolados está invertido. O Estado brasileiro não tem poder nesses locais, porque não está presente", lamentou, relatando que os problemas na terra indígena já acontecem há, aproximadamente, quatro décadas.

No 12 de junho (domingo), uma semana do desaparecimento, um cartão de saúde com nome de Bruno e outros itens dele e de Dom Phillips, como mochila, notebook e um par de sandálias, foram encontrados na área das buscas. No dia 14, terça-feira, a Polícia Civil informou que já havia ouvido nove pessoas no inquérito que investigava os sumiços, sendo oito testemunhas e um suspeito, o "Pelado". No mesmo dia a Polícia Federal confirmou a prisão temporária de Oseney da Costa de Oliveira, conhecido como "Dos Santos", irmão de "Pelado".

Após onze dias de buscas, no dia 15 de junho, os corpos foram encontrados. Amarildo ("Pelado") confessou estar →



Governo deixa indígenas e ambientalistas à mercê do crime no Vale do Javari

No município de Atalaia do Norte, além dos não-indígenas, vivem indígenas das etnias Marubo, Mayoruna, Matis, Kulinas, Kanamari e recentemente contactados os Korubo e os Tsohom-dyapa. Na TI Vale do Javari, hoje, vivem mais de seis mil indígenas, de 27 povos indígenas, sendo 17 povos livres sem contato. É a segunda maior terra indígena do Brasil.

Localizada na fronteira com o Peru e a Colômbia, com acesso restrito por vias fluviais e aéreas, a região possui a maior população de isolados do mundo. Ela foi demarcada e homologada em 2001, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, mas seus 85.445 km<sup>2</sup> conti-

nuam desprotegidos, sendo alvo de pescadores ilegais, garimpeiros e narcotraficantes que ameaçam as pessoas que vivem na área. É uma cadeia criminosa em plena atividade pelos rios, florestas e cidades da tríplex fronteira.

Bruno Pereira e Dom Phillips desempenharam papéis importantes na conscientização e defesa dos direitos humanos dos povos indígenas da região, inclusive por meio do monitoramento e denúncia de atividades ilegais no Vale do Javari. Eles fizeram parte de um contexto mais amplo de constantes ataques enfrentados diariamente por indígenas, indigenistas, ambientalistas e defensores de direitos humanos no Brasil.



→ envolvido no assassinato do indigenista Bruno Araújo Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips e indicou para as equipes de busca o local onde estariam os corpos dos desaparecidos. O indigenista Bruno Pereira já havia cruzado com os dois em momentos anteriores na região, onde flagrou Amarildo e o irmão realizando pesca ilegal.

Amarildo relatou em depoimento que o assassinato foi realizado por disparo de arma de fogo, com tiros na cabeça e no tórax. No dia posterior ao crime, ele e o irmão resolveram incendiar os corpos, esquartejá-los e enterrá-los para dificultar a busca. O exame médico-legal feito pelos peritos apontou que as mortes foram causadas por "por disparo de arma de fogo com munição típica de caça".

O crime foi declarado oficialmente ainda na quarta-feira (15), numa coletiva que reuniu Polícia Federal, Polícia Civil, Polícia Militar, Exército e Marinha - enquanto que os indigenistas e a Univaja, que participaram ativamente de todas as buscas e foram imprescindíveis para a localização dos corpos, não foram sequer citados. Restou a uma jornalista representante de um veículo de imprensa internacional o questionamento ao superintendente da PF sobre a ausência: "Os indigenistas ajudaram muito nas buscas e nada foi mencionado sobre os esforços que eles empenharam". O jornalista André Trigueiro durante um programa da Globo News destacou que "o desprezo histórico oficial do Brasil pelos indigenistas se materializou nessa coletiva", e complementou: "Esse desprezo histórico pelos indigenistas, que o Brasil oficial reproduz, desde a chegada dos portugueses, e chegou ao século XXI, era contra o que Bruno Pereira lutava".

No dia 18 de junho, foi preso o terceiro homem suspeito de envolvimento no crime, Jeferson da Silva Lima, conhecido como "Pelado da Dinha". Ele é apontado como alguém que participou diretamente do duplo homicídio e ajudou na ocultação dos corpos.

Já no dia 21 de julho, mais de um mês após as mortes, o Ministério Público Federal denunciou Amarildo da Costa Oliveira (conhecido pelo "Pelado"), Osney da Costa de Oliveira ("Dos Santos") e Jefferson da Silva Lima ("Pelado da Dinha") por duplo homicídio qualificado e ocultação de cadáver pelos assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips. No documento, o MPF explica que Amarildo e Jefferson confessaram o crime, enquanto Osney teve a participação comprovada por depoimentos de testemunhas. A denúncia traz ainda prints de conversas e cita os resultados de laudos periciais, com a análise dos corpos e objetos encontrados.

### Responsabilização

Em nota, A União dos Povos Indígenas do Vale do Javari disse que "compreende que o assassinato de Pereira e Phillips constitui um crime político, pois ambos eram defensores dos Direitos Humanos e morreram desempenhando atividades em benefício de nós, povos indígenas do Vale do Javari, pelo nosso direito ao bem-viver, pelo nosso direito ao território e aos recursos naturais que são nosso alimento e garantia de vida, não apenas da nossa vida, mas também da vida dos nossos parentes isolados".



A Univaja disse ainda que as mortes poderiam ter sido evitadas caso as autoridades tivessem tomado providências após suas denúncias: "Fornecemos informações através de nossas denúncias às autoridades competentes. Mas as providências não foram tomadas com a devida rapidez. Por isso, hoje, assistimos ao assassinato de nossos parceiros", relataram em nota.

Para a União dos Povos Indígenas do Vale do Javari o trabalho ainda não está encerrado. "Pelado e Dos Santos fazem parte de um grupo maior, nós sabemos. Manifestamos nossa preocupação com nossas vidas, a vida das pessoas ameaçadas, componentes do movimento indígena, quando as forças armadas e a imprensa se deslocarem de Atalaia do Norte. O que acontecerá conosco? Continuaremos vivendo sob ameaças?", questionou.

A preocupação da Univaja é legítima, tendo em vista que há uma guerra instalada no Vale do Javari contra o meio ambiente e os povos originários. Além disso, muitas perguntas ainda não foram esclarecidas sobre o caso: como a pesca ilegal conecta-se ao narcotráfico? Quem financia a morte dos povos originários e a destruição da floresta?

Faz-se urgente a apuração desses e de outros assassinatos, alcançando todos os atores que lucram e participam dos esquemas de invasão e exploração ilegal na TI Vale do Javari. Faz-se necessária ainda a apuração das responsabilidades políticas que permitiram a morte de Bruno e de Dom. A TI Vale do Javari, como outros territórios indígenas no país, vivem uma situação permanente de assédio, violência e insegurança.

### Governo Federal e sua política anti-indígena

Bolsonaro em 2018 deixou claro sua intenção de abrir a Amazônia para o desenvolvimento. Desde então, a pressão sobre a Amazônia aumentou, assim como as mortes em terras indígenas e os conflitos relacionados a direitos territoriais, que mais que dobraram, segundo o

Relatório de Violências do Conselho Indigenista Missionário. O documento aponta que, em 2020, a violência contra indígenas aumentou mesmo com a pandemia de covid-19, foram 182 indígenas assassinados, representando alta de 61% em relação aos 113 assassinatos em 2019. Houve um aumento também nos casos de "invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio", 263 casos apontados no relatório, um acréscimo de 137% em relação a 2018, quando haviam sido identificados 111 casos. Este foi o quinto aumento consecutivo registrado nos casos deste tipo.

O ambiente é de total descaso com o afrouxamento de normas, retaliação a servidores, paralisação dos processos demarcatórios e o estrangulamento orçamentário de órgãos como a Funai. "O presidente [Jair Bolsonaro] não demarcou um centímetro como ele prometeu. O presidente da Funai, o [Marcelo] Xavier, está lá para isso. É a administração do caos. (...) Difícil, cansativo, perigoso", disse o indigenista Bruno Pereira à Folha durante uma entrevista semanas antes de viajar pela última vez à terra indígena Vale do Javari, no Amazonas.

Em resposta ao desaparecimento de Dom e Bruno, o presidente do Brasil, por diversas vezes, assumiu a perspectiva dos criminosos para avaliar a situação, principalmente quando disse que o jornalista Dom Phillips - na ocasião desaparecido há dez dias ao lado do indigenista Bruno Araújo Pereira - era "malvisto na região" por fazer "muita matéria contra garimpeiro" e/ou com foco em conflitos ambientais. Além disso, buscando desqualificar o indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips, em entrevista ao canal da apresentadora Leda Nagle, no YouTube, Bolsonaro classificou a expedição de trabalho que buscava denunciar crimes cometidos na floresta como uma "excursão". E não parou por aí, em 7 de junho, dois dias depois que o sumiço foi relatado, o presidente afirmou publicamente que ambos estavam em uma "aventura" "não recomendável" pela Amazônia.

A postura pública do presidente da república além de encorajar os que se envolvem em atividades ilícitas, demonstra o descaso do governo com a pauta ambiental e sua total apatia pelos defensores da floresta. Ao assumir a presidência, Bolsonaro, além de proferir seus inúmeros discursos de ódio contra os indígenas, ambientalistas e seus defensores, mudou grande parte da liderança da Funai, incluindo oficiais militares onde podia; também nomeou um pastor evangélico para liderar o setor de povos isolados; defendeu o aproveitamento dos recursos dos territórios indígenas por empresas; rejeitou a demarcação terras indígenas e prometeu que não demarcaria mesmo que ordenado pelo Supremo Tribunal Federal; criticou e critica toda a imprensa ambientalista que coloca em evidência o desmatamento, afirmando ser uma cobertura enganosa; rejeita todos que defendem os povos indígenas; e defende a "integração dos índios à sociedade". Ou seja, o Brasil tem hoje a "licença" necessária para além de reproduzir todos discursos de ódio vindo da presidência da república, de seguir em atividades predatórias nas florestas, pois tem a certeza da impunidade.

Assine o  
**PORANTIM**  
 EM DEFESA DA CAUSA INDÍGENA

Forma de pagamento – Depósito Bancário ou PIX:

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO  
 Banco Bradesco – Ag.: 0606 – C/C: 144.473-5  
 PIX: adm.porantim@cimi.org.br  
 Envie cópia do depósito por e-mail ou correios  
 SDS – Ed. Venâncio III, salas 309/314 – Asa Sul  
 Brasília-DF – CEP: 70.393-902



adm.porantim@cimi.org.br

(61) 2106-1650 / 2106-1655  
 SKYPE: Adm Jornal Porantim  
 www.cimi.org.br

Ass. anual: **R\$ 130**  
 Ass. dois anos: **R\$ 190**  
 América Latina: **US\$ 55**  
 Outros países: **US\$ 90**

CONSTRUINDO UM MUNDO SEM MALES!





Charge de Latuff em homenagem a Bruno, Dom e todos os ativistas que foram interrompidos por defender a Natureza

Após a morte de Bruno e Dom, denúncias de perseguição dentro da Funai e de uma política anti-indígena, comandada por Marcelo Xavier, ficaram mais fortes. Tanto que senadores e deputados federais, que acompanham a investigação do duplo homicídio, pediram o afastamento imediato de Xavier do cargo que atualmente ocupa.

Um dossiê lançado no dia 14 de junho denuncia que a Fundação Nacional do Índio (Funai) se “transformou em Fundação Anti-indígena” ao promover uma política anti-indigenista durante o governo do presidente Jair Bolsonaro. O documento, intitulado “Fundação anti-indígena: um retrato da Funai sob o governo Bolsonaro”, tem 173 páginas e foi produzido pela Indigenistas Associados (INA), associação de servidores da Funai fundada em 2017, e pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc). O documento aponta ilegalidades na política de demarcação de terras, redução de verbas, militarização e perseguição a servidores, demonstrando que uma das promessas de campanha de Bolsonaro, de “dar uma foíçada no pescoço da Funai”, foi finalmente cumprida.

### O desmonte da política ambiental e indigenista

Diante da incapacidade e omissão dos órgãos responsáveis pela fiscalização e proteção dos territórios indígenas, o entorno e o interior da Terra Indígena Vale do Javari condensam graves conflitos e perpetuam um clima de violência em que madeireiros, pescadores ilegais e o narcotráfico internacional exercem suas atividades livremente.

Em setembro de 2019, o colaborador da Funai Maxciel Pereira dos Santos, da Frente de Proteção Etnoambiental do Vale do Javari, foi brutalmente assassinado a tiros em Tabatinga, no Amazonas. O crime aconteceu uma semana depois de Maxciel participar da apreensão de mais de uma tonelada de carne de pescados e caça. Ele levou dois tiros na cabeça e até hoje ninguém foi preso ou acusado pelo assassinato. Ou seja, a ausência de julgamento e punição do crime consolida a sensação de impunidade na região, quando o atual Governo Brasileiro se omite diante de suas responsabilidades frente ao aumento da escalada de violência contra os povos indígenas e os defensores de direitos humanos no Brasil.

No mês seguinte ao assassinato de Maxciel, Bruno Araújo Pereira foi exonerado do cargo de coordenador-geral de Índios Isolados. A saída do indigenista aconteceu após uma operação que expulsou centenas de garimpeiros da terra indígena Yanomami, em Roraima. A Operação Korubo, como ficou conhecida, foi a maior do país daquele ano (2019) no combate à extração ilegal de minerais, quando cerca de 60 balsas de garimpeiros foram queimadas. “Fizemos

[em setembro de 2019] a maior destruição de garimpo do ano em região de índios isolados. A última operação de combate à mineração foi na reserva Yanomami. Cheguei à tarde e recebi minha exoneração”, disse Pereira à época ao site Brasil de Fato. “Não há profissionais de segurança para isso. Temos uma Funai obsoleta, falida e com uma logística que não se adequa. Por conta disso, os problemas vêm ocorrendo”, relatou na época.

Após a exoneração, Pereira pediu para ser licenciado sem vencimentos por dois anos do cargo público, em seguida voltou para o Vale do Javari, desta vez, prestando consultoria à União dos Povos Indígenas da região, a Univaja, com o intuito de fiscalizar a região atacada por garimpeiros, madeireiros e pescadores. Ao lado dos indígenas, Pereira ensinava-os a manusear mapas e a operar drones, o que permitia que eles próprios fiscalizassem a área e documentaram irregularidades às autoridades de segurança. O indigenista chegou a mapear uma organização criminosa que atua na pesca e caça ilegal no Vale do Javari e entregou para as autoridades a indicação do local onde a quadrilha atuava.

Para o líder indígena Beto Marubo, integrante da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), em encontro com ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal, no dia 21 de junho desse ano, a morte de Maxciel Pereira dos Santos em 2019 pode estar associada ao crime envolvendo Bruno e Dom, com envolvimento de quadrilhas internacionais ligadas a pesca e caça ilegais em ambos os casos.

O que ocorre no Vale do Javari está intrinsecamente relacionado ao desmonte das políticas e órgãos públicos de proteção aos povos originários e aos seus territórios – acompanhado do enfraquecimento das Bases de Proteção Etnoambientais da Funai, responsáveis pela fiscalização da área, que atualmente se encontram sem a capacidade operacional mínima para desempenhar o seu papel.

É nítido que as ações do governo federal para enfraquecer os sistemas de monitoramento e fiscalização da Amazônia só favorecerem o crime organizado. Tudo isso é reflexo da política do governo Bolsonaro, onde o crime é abundante, mas a supervisão do governo é escassa. Por isso Bruno Pereira vinha ajudando a associação indígena local a organizar uma rede de vigilância independente para localizar e expulsar invasores – sejam pescadores ilegais, madeireiros, traficantes ou missionários religiosos.

É fundamental que o Estado brasileiro retome, de forma imediata, a política de proteção à vida e aos territórios dos povos indígenas. No caso da TI Vale do Javari, é urgente que sejam adotadas todas as medidas de enfrentamento às frentes de invasão e de ocupação ilegal, garantindo aos povos indígenas, e de forma particular aos povos que ali

vivem em situação de isolamento, proteção e segurança.

“É preciso que a Funai reveja o seu discurso, porque o Bruno Pereira estava cumprindo um trabalho que deveria ser feito pela Funai também”, declarou a deputada Joenia Wapichana (Rede-RR) durante uma audiência pública realizada no dia 22 de junho, no Senado Federal, e divulgada pela Agência Câmara de Notícias.

“Que este episódio sirva para que o Brasil enxergue os indígenas, ribeirinhos e populações tradicionais completamente desamparadas da presença do Estado”, frisou o deputado Marcelo Ramos (PSD-AM) no mesmo evento, quando também acusou o governo federal de estimular ações violentas de grileiros e garimpeiros.

Na mesma audiência pública, o deputado Sidney Leite (PSD-AM) cobrou do Ministério da Justiça maior controle sobre as fronteiras da Amazônia. “É hora de o Brasil olhar efetivamente para a Amazônia, não só com o discurso fácil de que precisamos proteger a floresta, mas também com tecnologia, com infraestrutura, comunicação e a possibilidade de melhoria de vida da população.”

“Agora, o mundo inteiro sabe que, no Vale do Javari, reina a omissão, a inação e a política negacionista, a ausência total do Estado em nossa terra, mesmo após um mês do seu assassinato. Sabem até que a Fundação Nacional do Índio (Funai) perseguiu e continua perseguindo você. O atual presidente desse país tentou de todas as formas desconstruir a sua história, mas ela se manterá por gerações, pois nós, povos do Vale do Javari, sabemos que você morreu por nós, pela nossa terra. Nunca vamos nos esquecer disso. A sua luta continuará através de nós e de nossas gerações”, disse Beto Marubo, da Univaja, em uma carta de despedida a Bruno Pereira, seu amigo a mais de uma década.

Pereira era considerado pela União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja) como um dos maiores indigenista de sua geração, com autoridade no trabalho em campo e especializado em índios isolados, sobretudo para as questões territoriais e as relações históricas e políticas da região. O servidor de carreira da Fundação Nacional do Índio (Funai), após 11 anos de experiência, falava quatro línguas do Javari e via os indígenas como irmãos. “Não visualizamos a realização da mesma atividade por qualquer outro indigenista na atualidade”, informou a ONG, em nota. Pereira atuou cinco anos como coordenador da Coordenação Regional do Vale do Javari na Funai e participou de pelo menos dez longas expedições de localização de índios isolados. Ele era reconhecido uma das pessoas mais qualificadas da Funai e respeitado por sua dedicação à proteção dos povos isolados.

### Homenagem

Toda solidariedade às famílias e amigos de Bruno e Dom. Ambos sempre atuaram com convicção em defesa da vida e dos direitos dos povos indígenas e essa determinação lhes deu um reconhecimento verdadeiro e uma estima extraordinária por parte dos povos indígenas, de seus aliados e de todas as pessoas de bem.

Solidariedade também aos povos indígenas da Terra Indígena (TI) Vale do Javari e à União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), que se dedicaram com todas suas forças e conhecimentos à busca de Bruno e Dom e ainda foram alvo de falsidades e acusações por parte de autoridades federais, além de serem sistematicamente e constantemente ameaçados dentro de suas terras.

Que as autoridades alcancem todos os atores que lucram e participam dos esquemas de invasão e exploração ilegal na TI Vale do Javari e que sejam apuradas as responsabilidades políticas que permitiram a morte de Bruno e de Dom.

Que a força de Bruno Pereira e Dom Phillips, e de tantos indígenas e aliados que perderam suas vidas em defesa da vida e dos direitos, seja inspiração para a continuidade da defesa do meio ambiente e da garantia dos direitos fundamentais dos povos indígenas no país, particularmente aqueles em isolamento voluntário ou contato inicial. ♦



# Mais de trinta missionários do Cimi realizam o Curso de Formação Básica da entidade

Depois de dois anos, o Cimi retoma o curso de forma presencial; nesta edição, participam 32 novos missionários e missionárias vindos de nove Regionais da entidade

Por **Maria Imelda Velasco Estrada** e **Alberto Reani\***, do Curso de Formação Básica\*\*

Entre os dias 13 de julho a 2 de agosto deste ano, foi realizado o Curso de Formação Básica dos missionários e missionárias do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Vindos de diferentes regiões do Brasil, nos encontramos no Centro de Formação Vicente Canhãs, em Luziânia, Goiás, 32 missionários estagiários: 25 da primeira etapa e 7 da segunda. Fazemos parte de diversos Regionais da entidade.

Somos missionários e missionárias com algum tempo de experiência acompanhando as equipes do Cimi, segundo sua metodologia própria de compartilhamento e partilha, em função de uma evangelização que parte da realidade cultural e histórica dos povos indígenas, como aliados em suas lutas de resistência.

Na avaliação do coordenador da primeira etapa, Carlos Augusto Castro Almeida, do Regional Goiás-Tocantins, "o Básico é um momento muito importante. É a retomada dos trabalhos depois deste período de pandemia, um momento muito difícil onde perdemos amigos, parentes e companheiros do Cimi. Neste momento a gente deu uma pujança de energia, de força, de animação, de oxigênio que estes novos companheiros e companheiras, que estão passando no Básico I e II vão trazendo para gente, uma riqueza muito grande."

A coordenadora da segunda etapa, Antônia Sandra Lima da Silva, do Regional Amazônia Ocidental, lembrou que os missionários e missionárias viveram um momento de pressão e apreensão devido à pandemia da covid-19. "Esses missionários e missionárias que retornaram da etapa 1 e estão agora na etapa 2 se esforçaram bastante, se dedicando com todo cuidado em suas aldeias fazendo seu Relatório de Observação", avalia Sandra.

Faz parte da programação do Curso de Formação Básica, etapa 2, os módulos temáticos: Antropologia; História da resistência indígena e do Movimento Indígena; fundamentos de Teologia da Missão; História do Cimi; Mística militante e missionária; Política indigenista; Direito indígena; Política de comunicação do Cimi; Instrumentos de análise de conjuntura; e o Relatório de Violência Contra os Povos Indígenas.

A partir dos temas, percebemos alguns elementos importantes e característicos do agir do Cimi. Primeiro, o investimento na formação dos missionários e missionárias, para que estejam prontos para enfrentar os desafios da convivência com as culturas indígenas em um contexto geralmente de conflito com a sociedade envolvente, especialmente nas opções econômicas e políticas. Por isso, além de instrumentos antropológicos, a formação prevê meios de interpretação da história a partir dos oprimidos resistentes, e elementos de direito, fundamentados nos artigos 231 e 232 da Constituição Brasileira de 1988.



Missionárias e missionários do Cimi em formação no Curso Básico, edição de 2022

Os elementos de Teologia da Missão fundamentam os princípios básicos que marcam as opções metodológicas desde a criação do Cimi, em 1972: encarnação, libertação, diálogo, inculturação. A escolha de assessores indígenas favoreceu a nossa compreensão da cosmovisão indígena, como foi o caso do padre Justino Sarmento Rezende, Tuyuka do Alto Rio Negro (AM). Podemos chamar esta cosmovisão com o nome de Teologia Indígena.

Soubemos que há uma caminhada de trocas de experiências e reflexões em nível latino-americano, chamada Teologia Índia, que encontra respaldo na Carta Pós Sinodal do Papa Francisco, Querida Amazônia, na qual ele mesmo sonha com uma Igreja Indígena.

No Curso Básico são levantados os desafios da missão com os povos indígenas e da "Nova Evangelização" de que a Igreja Católica fala desde a Assembleia dos bispos da América Latina (CELAM) que aconteceu em Santo Domingo no ano de 1992, evangelização que acolhe as culturas outras e que

se faz presença profética no anúncio do Reino e na denúncia das estruturas econômicas e sociais que não respeitam a vida. Daí a importância de adquirir ferramentas para a análise de conjuntura.

Para Antônio Eduardo de Oliveira, secretário executivo do Cimi, o Curso de Formação Básica "faz parte da história da entidade, da missão do Cimi. Ele articula novos conhecimentos para quem está entrando, mas ao mesmo tempo traz a experiência de quem está iniciando. Então estes dois conhecimentos dialogam neste Curso e, a partir daí, cria toda uma motivação e novas perspectivas de continuidade da missão da instituição".

Luiza Machado, do Regional Norte I, afirma que o Curso vai além da matéria de estudo. "Se trata de uma aprendizagem de acolhimento, da experiência da união do Cimi e da comunhão. Um esforço coletivo, um espaço em que todo mundo se sintam bem. Para além de conhecimentos técnicos, é um dos pilares do Cimi", destacou a integrante do Básico II.

## Experiências de Formação e Aprendizagem com os Povos Indígenas: Assessoria Teológica e a inculturação do Vaticano II

Por **Paulo Suess**

A Assessoria Teológica do Cimi tem dois destinatários: o próprio Cimi, em sua prática pastoral junto aos povos indígenas, e a Igreja local em sua realidade diocesana e paroquial. A Assessoria Teológica acompanha, adverte e inspira a prática do Cimi em sua relevância pastoral a partir da realidade eclesial, social e política. Há um intercâmbio entre a relevância da presença de povos indígenas nas respectivas dioceses e a presença eclesial nas paróquias em sua dimensão profética e samaritana. Desde o tempo pós-conciliar, a Assessoria

Teológica e o próprio Cimi em sua pastoral missionária procuram ajudar a Igreja na passagem de uma pastoral colonial para uma pastoral pós-colonial, libertadora e profética.

Este processo de animação da prática missionária, do aprofundamento místico-espiritual e presença em eventos eclesiais, como por exemplo no "Sínodo para a Amazônia", se desdobra em cursos, encontros, palestras e na produção de textos. A partir da nossa fé, de "propostas corajosas" e de "novos caminhos", que o Papa Francisco nos recomenda, essa assessoria procura ser coerente com a Palavra de Deus, leal com a comunidade eclesial e relevante para a vida dos povos indígenas.

A Assessoria Teológica em todas as suas dimensões procura dar voz aos povos indígenas. "A necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade" (Adorno). Essa voz procura ressonância na Igreja e na Sociedade civil. A Assessoria Teológica tem, como o "Documento de Aparecida" propõe, um "compromisso com a realidade" (DAP 491) e está consciente, que a causa indígena nos confronta com uma conspiração sistêmica anti-indígena pela ideologia do crescimento, a patologia da aceleração e a idolatria do mercado. Através do tripé da mística missionária militante, a Assessoria Teológica procura tecer um pano de fundo de resistência na vida do corpo missionário do Cimi.





Formação na etapa 2 do curso, edição de 2022



Espaço celebrativo incultrado com representantes das duas etapas do Curso Básico



Fotos: Curso Básico / Arquivo

Na avaliação da integrante do curso, etapa 1, Hortência Labiak Neves, do Regional Amazônia Ocidental a experiência tem sido muito rica. “Na realidade me surpreendi muito porque tem me permitido conhecer pessoas de diferentes partes do Brasil e do mundo, inclusive entender as diversas formas de trabalhar e de ser. Tem agregado muito, acredito, não apenas ao meu trabalho, mas também à minha pessoa. Tem sido uma troca muito boa”, afirma a jovem.

Para um dos participantes da etapa 1, que prefere não ser identificado, “ter participado no Curso Básico do Cimi está sendo uma experiência muito profunda e esclarecedora. Confirma e ilumina na minha metodologia juntos aos povos indígenas. Esclarece várias atitudes que devo ter. Sou muito agradecida ao Cimi pois saio daqui com muitos materiais, conteúdos para aprofundar, e que vão me ajudar na missão junto com os povos indígenas. Obrigada por participar deste grupo”.

Os testemunhos recolhidos confirmam quanto é importante a formação inicial e continuada dos missionários e missionárias, seu acompanhamento pelo Secretariado Nacional e Assessorias Antropológica, Teológica, Jurídica e de Comunicação, bem como do Coletivo de Formação. A metodologia de trabalho em equipe, de partilhar de saberes, adotada no Curso de Formação Básica tem sido uma opção do Cimi desde sua criação há 50 anos.

\* Ambos integram a turma de Formação Básica do Cimi, cursando a segunda e última etapa da formação;

\*\* Esta produção faz parte da atividade prática, realizada pelos integrantes do Curso de Formação Básica do Cimi, etapa 2, desenvolvida a partir do módulo Política de comunicação do Cimi

## A Formação Básica do Cimi e as místicas missionárias militantes

O equilíbrio entre sentir e pensar, o cuidado com as pessoas, não perder o encantamento, ter ou-sadia profética e esperar

Por **Lígia Kloster Apel**, da Assessoria de Comunicação do Cimi Regional Norte 1

“A Mística Missionária Militante diz do nosso ser, nosso fazer e nosso sentir. É uma ligação, uma conexão com a nossa prática missionária no cotidiano das nossas aldeias, dos territórios com os povos com os quais nós atuamos. Precisamos delas para poder enfrentar essa realidade de tanta dureza. A Mística Missionária é o motor, é a água, é a força que nos move para continuar lutando, seguindo e acompanhando os povos”.

Com esse amparo, Rosimeire Diniz Santos, missionária do Regional Maranhão e integrante do Coletivo de Formação do Cimi, mais conhecida como Meire, conduziu o último módulo do Curso de Formação Básica 1 do Cimi.

O curso de formação básica do Cimi faz parte do processo de formação permanente que a instituição destaca em sua institucionalidade. O Cimi atua no apoio incondicional aos povos indígenas que, por sua vez, estão em constante processo de aprendizagem e atualização de conhecimentos para conseguirem resistindo aos ataques a sua existência.

“Portanto, a gente tem que acompanhá-los, tem que estar junto com eles e eles muitas vezes nos solicitam essas informações, essa formação. Temos que estar devidamente informados, formados, capacitados para, junto com eles, buscar soluções para os desafios que se apresentam”, diz Antônio Eduardo Cerqueira de Oliveira, Secretário executivo do Cimi, destacando que essas etapas da formação básica fazem parte de um “processo perma-

nente de formação, onde todos que são membros da instituição, têm essa responsabilidade de estar constantemente em formação. Tanto quem já está há, não importa, quantos anos, como para quem está entrando”.

Para Irmã Cristina Souza, Coordenadora do Coletivo de Formação do Cimi, os processos de formação são um cuidado especial que o Cimi tem com os missionários e lembra, com boas recordações, que os primeiros missionários faziam formação nas estradas a partir dos aprendizados com os indígenas.

“Olhando a história do Cimi, a gente percebe que desde o início tem um histórico do cuidado com a formação dos missionários. E essa formação se dava muito nas estradas. Na caminhada tinha os mochileiros, como eram conhecidos os primeiros missionários, que andavam. E nessas caminhadas havia as conversas, havia partilha, havia o conhecimento e assim eles iam também se formando com o que aprendiam com os indígenas nas aldeias”, recorda e enaltece que ao longo desses anos e nessa caminhada dos 50 anos, a formação do Cimi foi organizada para dar segurança aos missionários e sempre olhada, cuidada com muito carinho e, como diz o nosso secretário atual, é a menina dos olhos de todo o trabalho do Cimi”.

Com a pandemia, a formação aconteceu no formato virtual, mas, explica Irmã Cristina, existe uma diferença com o presencial que vai, justamente, de encontro aos propósitos de humanidade da formação do Cimi: “percebemos que isso [o virtual] não supre a formação do Básico, porque a formação virtual é muito fria, cada um está lá na sua janelinha olhando, participa, mas é uma formação só voltada para o conteúdo. E o presencial, além dele [conteúdo], há uma inter-relação entre as pessoas, entre os regionais. Há essa troca humana e mística que entendemos ser profunda, que marca a vida de todos os novos missionários”.

Frei Klenner Antonio da Silva, do regional Mato Grosso do Sul, que atua com os povos Terena, Kinikinaw e Guarani e Kaiowá e cursou a Formação Básica 1, concorda que o virtual foi importante, mas estar presencialmente com missionários de todos os regionais foi essencial. “Foram momentos importantes os encontros virtuais, mas estar presencial é diferente, é essencial. O ser missionário no Cimi é perceber que a gente não é só o Mato Grosso do Sul, não é só a equipe de Campo Grande, mas nós somos uma equipe enorme. Vários missionários com várias perspectivas fazem dessa unidade uma força maior. Sentir os companheiros de perto me dá impulso para a missão, é saber e sentir que tem gente trabalhando com diversos povos, com diversas realidades, tudo isso acrescenta na nossa forma de ser missionário”, congratula.

Com este depoimento, Frei Klenner mostra estar imbuído das perspectivas que Meire traz: a necessária e afetuosa Mística Missionária Militante do Cimi. “Se equilibrar com a perspectiva do sentir e do pensar, dar mais atenção para o coração, para o sentimento, para o cuidado com as pessoas e menos para essa razão que vem dominando e gerando destruição, se encantar cada vez mais com a missão, não perder o encantamento mesmo diante de tudo o que vem acontecendo, ter a ousadia profética de não se calar diante das injustiças e não perder a ternura e o esperar”.

História do Cimi e Movimento indígena, Fundamentação Teológica, Antropologia, Política Indigenista, participação indígena e indigenista nos espaços de controle social, História da resistência indígena e da missão, Direitos indígenas e Estado Brasileiro, Relatório de Violências contra os Povos Indígenas, plataforma Caci, Política de comunicação do Cimi, Instrumental para Análise de Conjuntura e Aspectos políticos e práticos da atividade missionária foram os demais conteúdos trabalhados com as turmas da Formação Básica 1 e 2. ♦



Foto: Curso Básico/Arquivo



## CAUSOS E CASOS

## Rumo aos 50 anos



CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO

# O porco do mato que quase virou churrasco

Por Egon Heck

**E**m uma das missões de mochileiro, estava planejado um giro por terras indígenas de Rondônia. Havia sido noticiado uma massiva invasão do Igarapé Lourdes, dos índios Surui. Conforme informações correntes, havia um clima de guerra na região. Os índios estavam dispostos a impedir a continuidade da invasão e expulsão dos invasores de sua terra. Achamos que seria importante levarmos nosso apoio solidário.

Um representante da Comissão Pastoral da Terra – CPT estava indo conosco. Também um indígena ia conosco. Após várias horas de caminhada pela mata estávamos chegando próximo à aldeia. De repente vimos um porquinho do mato. Como não tínhamos nada para abater a “caça”, decidi dar uma investida pessoal para tentar agarrar o animal. Fui me aproximando do animal e dei um mergulho me jogando sobre ele. Fui feliz na investida. Decidimos que levaríamos o porquinho, que serviria como salva conduto na nossa chegada. Imaginávamos que ao chegar com alimentação, teríamos uma recepção honrosa.

Ao chegarmos na aldeia, grupos de guerreiros com as flechas apontadas. Eles imediatamente mandaram colocar tudo no chão. E que soltássemos o porquinho, que era animal de estimação da aldeia. Ficamos um tanto perplexos, pois tudo estava dando o contrário do que imaginávamos. Formaram um tipo cordão polonês, ordenando que seguíssemos para a aldeia. Falaram que sabiam que nós éramos invasores. Com calma, mas meio atônitos, fomos seguindo as ordens. Apesar de nosso esforço em explicar que não éramos parte dos invasores, ao contrário, estávamos indo aí com eles para levar nossa solidariedade e apoio, eles em nenhum momento pareciam

crer em nossas explicações. Nos conduziram a uma casa, sempre com as flechas apontadas sobre nós. Não demorou e veio a primeira ordem “você não vão sair daqui, só se a Funai vier aqui”. Foi um frio na barriga.

Nós estávamos numa relação conflitiva com a Funai. Apoena Meireles era o chefe da ajudância regional de Rondônia. Soubemos depois que duas semanas antes eles haviam prendido uns funcionários de uma empresa que estavam fazendo levantamento para construir uma PCH, pequena central elétrica.

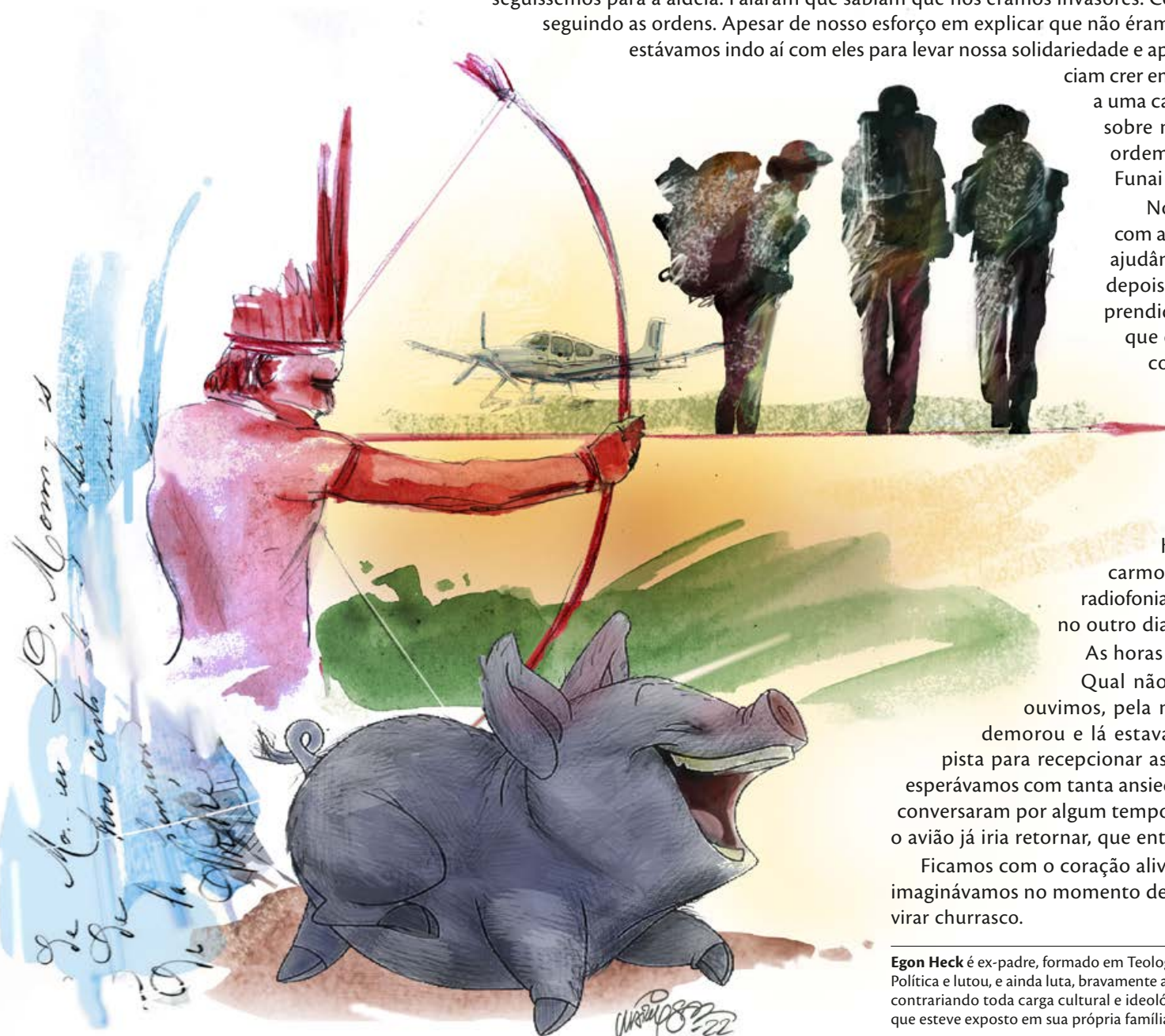
A noite foi dramática. Cada pouco vinha guerreiros com pressão psicológica sobre nós, e que a nossa soltura só aconteceria se a Funai viesse ali. Pedimos se haveria condições de nos comunicarmos com o Apoena. Falaram que tinha radiofonia, mas só haveria condições de contato no outro dia.

As horas e minutos foram longos.

Qual não foi nossa surpresa e satisfação ao ouvimos, pela meia manhã, o ronco de avião. Não demorou e lá estava pousando um avião. Fomos até a pista para recepcionar as esperadas pessoas da Funai. Nunca esperávamos com tanta ansiedade funcionários da Funai. Os índios conversaram por algum tempo com os funcionários e disseram que o avião já iria retornar, que entrássemos no avião para ir embora.

Ficamos com o coração aliviado. Um final bem diferente do que imaginávamos no momento de apreender o porquinho que poderia virar churrasco.

**Egon Heck** é ex-padre, formado em Teologia e em Filosofia, com pós-graduação em Ciência Política e Lutou, e ainda luta, bravamente ao lado de comunidades indígenas em todo o país, contrariando toda carga cultural e ideológica de preconceito contra os povos indígenas a que esteve exposto em sua própria família e diante da política de inúmeros (des)governos.



A coluna “Causos e Casos”, iniciada na edição de abril de 2021, é um especial rumo aos 50 anos do Conselho Indigenista Missionário, que traz textos assinados por Egon Heck e Egydio Schwade, dois dos fundadores do Cimi e militantes da causa indígena brasileira antes mesmo da criação da entidade.

É a comemoração do cinquentenário por meio do reconhecimento da contribuição do Cimi para o desenvolvimento da causa indígena a partir de seus missionários e missionárias, aqui representados

por Egon Heck e Egydio Schwade. Figuras históricas de luta que contribuem fortemente para a atuação missionária junto aos povos originários, dando um novo sentido ao trabalho da igreja católica.

As histórias da “Causos e Casos”, escritas especialmente para esta coluna, mostrará que a atuação missionária, além de favorecer a articulação entre aldeias e povos, promovendo as grandes assembleias indígenas, onde se desenharam os primeiros contornos da luta pela garantia do direito à diversidade cultural; também

fomenta espaços políticos e estratégias para o fortalecimento do protagonismo indígena.

Egon Heck e Egydio Schwade relatam causos e casos com propriedade, pois, desde os primórdios, fizeram parte das linhas de ação do Cimi, sendo impossível separar suas vidas da causa indígena brasileira. Engajados com as comunidades desde a juventude, eles compartilham dos mesmos sentimentos dos povos originários e adotaram a causa como parte integral de suas trajetórias.